

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

JUIZ DO TRABALHO - TRT 15 ªR - 2013 – TRT 15 ªR - Considerando os princípios como vetores que fundamentam todas as proposições construídas acerca da Administração Pública, é incorreto afirmar:

- a) a Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios é norteada pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência;
- b) os preceitos fixados na Constituição Federal acerca dos princípios que norteiam a Administração Pública podem ser ampliados por outros dispositivos normativos, a exemplo do que se verifica com a Constituição do Estado de São Paulo, que fixou para as entidades da administração indireta ou fundacional do Estado a obrigatoriedade de se nortear pelos princípios “de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação, interesse público e eficiência”;
- c) há previsão de princípios específicos na Lei do Processo Administrativo no âmbito da Administração Federal Direta e Indireta (Lei n. 9.784/1999), tais como os princípios da legalidade, da finalidade, da motivação, da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade, da ampla defesa, do contraditório, da segurança jurídica, do interesse público e da eficiência;
- d) a Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei n. 8.666/1993) visa a assegurar a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, sendo os respectivos litígios processados e julgados em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;
- e) o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular é específico do Direito Administrativo, sendo limitado pelo princípio da legalidade, servindo como ponto de origem dos demais princípios da Administração Pública.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 14 ªR - 2013 – TRT 14 ªR - No que respeita à doutrina e jurisprudência concernentes aos princípios administrativos, é correto afirmar:

- I. Decorre diretamente do princípio da impessoalidade a exigência constitucional de concurso público para provimento de cargos públicos.
 - II. A observância da moralidade administrativa em determinado ato da administração está sujeita a uma análise de oportunidade e conveniência.
 - III. Afronta o princípio da eficiência o gerenciamento de recursos públicos sem preocupação de obter deles o melhor resultado possível, no atendimento do interesse público.
- a) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
 - b) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
 - c) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

Gabarito: B

JUIZ DO TRABALHO - TRT 14 ªR - 2013 – TRT 14 ªR - Ainda no tocante aos princípios administrativos, é correto afirmar:

I. A moral administrativa liga-se à ideia de probidade e boa fé e independe da concepção subjetiva (pessoal) de conduta moral e ética que o agente público tenha, já que se trata de noção objetiva, aferível a partir de elementos objetivos.

II. A moralidade administrativa recebeu da Constituição Federal brasileira tratamento próprio, em um de seus aspectos, por meio da probidade administrativa.

III. Qualquer cidadão é parte legítima propor ação popular visando anular ou revogar atos administrativos lesivos à moralidade administrativa.

- a) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- b) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- c) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

Gabarito: A

JUIZ DO TRABALHO - TRT 14 ªR - 2013 – TRT 14 ªR - São princípios da administração pública, EXCETO:

- a) Finalidade.
- b) Segurança jurídica.
- c) Discricionariedade.
- d) Impessoalidade.
- e) Eficiência.

Gabarito: C

JUIZ DO TRABALHO - TRT 21ªR - 2012 – TRT 21ªR - Sobre os princípios que regem a administração pública, é incorreto afirmar:

- a) o princípio da moralidade exige que o administrador se pautar por conceitos éticos;

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- b) corolário do princípio da igualdade é a vedação de se estabelecer diferenças em razão da sede ou domicílio dos licitantes;
- c) o princípio da supremacia do interesse público decorre da posição privilegiada dos órgãos e entes públicos encarregados da preservação do interesse público;
- d) em decorrência do princípio da hierarquia, que é restrito às funções administrativas e não aplicáveis às funções tipicamente legislativas e judiciais, a Administração Pública possui a prerrogativa de avocar atribuições, e também de rever os atos dos subordinados;
- e) A Constituição Federal prevê, expressamente, os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e razoabilidade.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 2ªR - 2012 – TRT 2ªR - Analise as assertivas e ao final responda.

- I. Pela aplicação do princípio da impessoalidade, o ato administrativo praticado por funcionário irregularmente investido no cargo ou função é válido.
- II. A presunção de legitimidade dos atos administrativos é “juris et de jure”.
- III. Pela aplicação do princípio da especialidade, a Assembleia Geral de acionistas das sociedades de economia mista não pode alterar os objetivos de sua constituição.
- IV. Cabe à Administração Pública, no exercício do poder vinculado, antes da edição do ato, apreciar os aspectos concernentes à oportunidade, conveniência, interesse público e equidade.
- V. A concessão de alvará de licença é ato de polícia discricionário.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) I e III.
b) II e IV.
c) III e V.
d) II e V.
e) IV e V.

Gabarito: A

(Prova: TRT - 6R (PE) - 2010 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho)

Tendo em vista os princípios da Administração Pública, leia atentamente as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. De acordo com o princípio da legalidade, a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite. A Constituição Federal de 1988 confere garantia a esse princípio, consagrando a inafastabilidade do Poder

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

Judiciário diante de ameaça de lesão, ou lesão, mesmo que decorra dos atos da Administração Pública.
II. O princípio da impessoalidade molda os atos administrativos de sorte que não venham a prejudicar ou beneficiar determinadas pessoas. O princípio se aplica tanto para o administrado como para a própria Administração.

III. O princípio da especialidade decorre dos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público e tem relação com a descentralização dos serviços públicos.

IV. O princípio da continuidade do serviço público consiste em que os serviços essenciais à coletividade não podem parar. Conseqüência desse princípio é a faculdade que se reconhece à Administração Pública de utilizar equipamentos e instalações da empresa contratada para assegurar a continuidade do serviço público.

V. O princípio da eficiência impõe ao agente público um modo de atuar que produza resultados favoráveis à consecução das metas administrativas.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas a assertiva IV está correta.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Apenas a assertiva V está correta.

LETRA D

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

JUIZ DO TRABALHO - TRT 3 ªR - 2013 – TRT 3 ªR – Relativamente às agências reguladoras, é correto afirmar.

- a) Cabe-lhes, nos limites do texto constitucional, definir políticas públicas assim como executá-las nos diversos setores regulados.
- b) Integram a administração direta federal.
- c) Seus servidores são empregados públicos, sujeitos ao regime da CLT.
- d) Cabe-lhes substituir o poder executivo relativamente às funções que o poder concedente exerce nos contratos de concessão ou permissão de serviços públicos.
- e) As agências reguladoras podem assumir o modelo de fundação pública ou autarquia, conforme opção do ente político (União), no momento de sua criação.

Gabarito: D

JUIZ DO TRABALHO - TRT 8ªR - 2013 – TRT 8ªR - Sobre as pessoas jurídicas que compõem a administração pública indireta e à luz da legislação em vigor, assinale a alternativa CORRETA:

a) Os dirigentes das Agências Reguladoras – Presidente, ou Diretor-Geral, ou Diretor-Presidente e os demais membros do Conselho Diretor ou da Diretoria são escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal, por voto aberto, e terão prazo de mandato fixado na lei de criação de cada Agência.

b) O Poder Executivo poderá qualificar como Agência Executiva a autarquia ou fundação que tenha cumprido os seguintes requisitos: I - ter um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento, que definirão diretrizes, políticas e medidas voltadas para a racionalização de estruturas e do quadro de servidores, a revisão dos processos de trabalho, o desenvolvimento dos recursos humanos e o fortalecimento da identidade institucional da Agência Executiva; II – ter celebrado Contrato de Gestão com o respectivo Ministério supervisor com periodicidade mínima de dois anos e estabelecerão os objetivos, metas e respectivos indicadores de desempenho da entidade, bem como os recursos necessários e os critérios e instrumentos para a avaliação do seu cumprimento.

c) À égide do Decreto- Lei 200/67 considera-se Autarquia o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, que objetiva executar atividades típicas da Administração Pública, além de gestão administrativa e financeira centralizada.

d) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de

qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Aplica-se essa mesma regra às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem ou não recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

e) A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, exceto quanto às empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 11ªR - 2012 – FCC - Suponha uma sociedade de economia mista e uma empresa pública, ambas explorando atividades econômicas de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços. Nos termos da Constituição,

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- a) ambas estarão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.
- b) ambas estarão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas quanto aos direitos e obrigações civis e comerciais, mas seguirão regras aplicáveis às entidades da Administração direta quanto às matérias trabalhista e tributária.
- c) ambas estarão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais e tributárias, mas seguirão regras aplicáveis às entidades da Administração direta quanto à matéria trabalhista.
- d) a empresa pública estará sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, mas a sociedade de economia mista estará sujeita ao regime jurídico de direito público.
- e) ambas estarão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais e trabalhistas, mas seguirão regras aplicáveis às entidades da Administração direta quanto à matéria tributária.

Gabarito: A

JUIZ DO TRABALHO - TRT 18ªR - 2012 – FCC - Autarquia federal que tem por finalidade a construção e manutenção de rodovias contratou, mediante regular procedimento licitatório, empresas privadas para realizar serviços de recapeamento asfáltico. A autarquia não efetuou os pagamentos pelos serviços prestados e a empresa ingressou em juízo para cobrar os valores devidos. Considerando o regime jurídico aplicável, em relação à autarquia,

- a) submete-se ao regime próprio das empresas privadas quanto às obrigações civis, sem quaisquer prerrogativas públicas, salvo no que diz respeito aos bens afetados ao serviço público.
- b) seus bens poderão ser penhorados, considerando-se tratar-se de inexecução contratual.
- c) sua receita poderá ser penhorada até o limite que não comprometa a participação da União no patrimônio da entidade.
- d) possui as mesmas prerrogativas da Administração direta, salvo no que diz respeito a foro e prazos diferenciados.
- e) submete-se ao mesmo regime de execução da Administração direta, inclusive quanto à impenhorabilidade de seus bens.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 18ªR - 2012 – FCC - As características:

- I. qualificação conferida por decreto a autarquia ou fundação que celebre contrato de gestão para melhoria de eficiência e redução de custos.
- II. criação por lei, personalidade jurídica pública e capacidade de autoadministração.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

III. criação autorizada por lei e personalidade jurídica de direito privado.

Referem-se, respectivamente, às entidades

- a) organização social (OS); fundação e sociedade de economia mista ou empresa pública.
- b) agência reguladora; autarquia e empresa pública.
- c) organização social (OS); agência reguladora e sociedade de economia mista.
- d) agência executiva; autarquia ou fundação e agência reguladora.
- e) agência executiva; autarquia e sociedade de economia mista ou empresa pública.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 20ªR - 2012 – FCC – Determinada sociedade de economia mista exploradora de atividade econômica, deixou de efetuar pagamentos devidos a empresa privada por ela contratada para a prestação de serviços de vigilância e limpeza. Considerando o regime jurídico a que se submete, a referida sociedade de economia mista

- a) poderá ter seus bens e rendas penhorados no curso de regular processo judicial intentado pela contratada, eis que se submete ao regime jurídico das empresas privadas quanto às obrigações civis.
- b) não poderá sofrer qualquer constrição judicial sobre bens e rendas, eis que se submete ao regime jurídico de direito público, salvo quanto às obrigações fiscais.
- c) somente poderá ter seus bens e rendas penhorados no montante necessário para assegurar as obrigações trabalhistas decorrentes do contrato, que configuram exceção à prerrogativa de impenhorabilidade.
- d) poderá ser executada judicialmente em relação às obrigações civis e trabalhistas, desde que asseguradas as mesmas prerrogativas da Fazenda Pública.
- e) sujeita-se ao regime de execução ordinário no que diz respeito às obrigações civis, e ao regime próprio da Fazenda Pública no que concerne às obrigações trabalhistas decorrentes do contrato.

Gabarito: A

JUIZ DO TRABALHO - TRT 20ªR - 2012 – FCC – De acordo com a normatização federal que disciplina a matéria, agência executiva é

- a) fundação pública, constituída por lei sob regime especial que lhe confere autonomia administrativa, orçamentária e financeira.
- b) entidade criada por lei, com autonomia administrativa, orçamentária e financeira, para exercer poder de polícia.
- c) autarquia de regime especial, estabelecido na lei instituidora, com competência institucional para regular atividade econômica ou serviço público prestado sob regime de concessão ou permissão.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

d) a qualificação conferida, por decreto governamental, a empresas públicas ou fundações governamentais, para ampliação da autonomia administrativa, orçamentária e financeira.

e) a qualificação dada à autarquia ou fundação que celebre contrato de gestão com o respectivo Ministério supervisor e que tenha plano estratégico de reestruturação e desenvolvimento institucional para melhoria da qualidade de gestão e redução de custos.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 3ªR - 2012 – TRT 3ªR - Assinale a opção correta, após a análise das afirmativas abaixo:

I – Fazem parte da administração indireta as autarquias, as fundações instituídas pelo Poder Público, as sociedades de economia mista, as empresas públicas e os consórcios públicos.

II – As autarquias e as fundações instituídas pelo Poder Público têm praticamente as mesmas prerrogativas e sofrem as mesmas restrições que os órgãos da Administração Direta; e as pessoas de direito privado (as sociedades de economia mista e as empresas públicas) só possuem as prerrogativas e sujeitam-se às restrições expressamente previstas em lei.

III – A admissão nos empregos públicos das sociedades de economia mista e das empresas públicas sujeitam-se à regra do concurso público (ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração), mas o regime após a admissão pelo concurso é o da CLT.

IV – As autarquias são criadas por lei, têm personalidade jurídica pública, capacidade de autoadministração, especialização dos fins ou atividades, objetivo de desempenho de serviço público descentralizado e sujeição ao controle ou tutela nos limites da lei.

V – As fundações instituídas pelo Poder Público têm as seguintes características: dotação patrimonial, que pode ser inteiramente do poder público ou semipública e semiprivada; personalidade jurídica pública ou privada, atribuída por lei; desempenho de atividade atribuída ao Estado no âmbito social; descentralização de atividade estatal; capacidade de autoadministração; e sujeição ao controle administrativo ou tutela por parte da Administração Direta, nos limites da lei.

- a) Estão corretas somente as proposições I, II e V.
- b) Estão corretas todas as proposições.
- c) Estão corretas somente as proposições I, II, III e IV .
- d) Estão corretas somente as proposições I, II e III.
- e) Estão corretas somente as proposições III, IV e V .

Gabarito: B

JUIZ DO TRABALHO - TRT 1ªR - 2012 – FCC - A respeito das agências reguladoras e agências executivas, é correto afirmar que

a) as agências reguladoras adquirem autonomia a partir de qualificação obtida em face de contrato de gestão celebrado com o respectivo Ministério supervisor.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- b) as agências executivas caracterizam-se como autarquias de regime especial, criadas por lei, com autonomia administrativa, orçamentária e financeira.
- c) ambas possuem regime especial, estabelecido na lei instituidora, atuando as agências executivas na regulação de atividade econômica e as agências reguladoras no controle e fiscalização de serviço público.
- d) as agências executivas são empresas públicas ou fundações, com autonomia ampliada a partir de decreto governamental, em face da apresentação de plano para melhoria de eficiência e redução de custos.
- e) as agências reguladoras possuem regime jurídico especial, fixado na lei instituidora, garantindo maior grau de autonomia administrativa e orçamentária que o conferido às demais autarquias.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 4ªR - 2012 – FCC - De acordo com a Constituição Federal, a criação de empresa pública ou sociedade de economia mista

- a) prescinde de autorização legislativa, a qual é exigida na hipótese de alienação do controle acionário ou participação em empresa privada.
- b) é feita por decreto governamental, no caso de empresas prestadoras de serviço público de titularidade do ente instituidor, dependendo de lei autorizativa nas demais hipóteses.
- c) é feita por decreto governamental, salvo no caso de ser cometida à empresa o exercício de atividade em regime de monopólio, hipótese em que a criação depende de lei específica.
- d) depende de autorização legislativa para aquelas que atuem no domínio econômico e de decreto governamental para as prestadoras de serviço público.
- e) depende de autorização legislativa, assim como a criação de suas subsidiárias ou a participação em empresa privada.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 4ªR - 2012 – FCC - O regime jurídico a que se submete a Administração Pública é caracterizado por algumas prerrogativas e sujeições, que podem ser assim exemplificadas:

- a) impenhorabilidade dos bens de titularidade da Administração direta e das autarquias e fundações públicas.
- b) submissão a processo especial de execução judicial e júízo privativo, para as entidades integrantes da Administração direta e indireta.
- c) obrigatoriedade de concurso público para contratação de pessoal, exceto para as sociedades de economia mista que atuam em regime de competição com empresas privadas.
- d) sujeição ao controle externo pelo Tribunal de Contas, exceto em relação às empresas controladas pelo Estado que não recebam recursos para despesas de custeio.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

e) submissão das empresas públicas a regime jurídico próprio, diverso do aplicável às empresas privadas, derogatório da legislação trabalhista e tributária.

Gabarito: A

PROCURADOR DO TRABALHO - MPT - 2012 – MPT – Leia os itens abaixo e analise:

I - As organizações sociais são as executoras de serviços públicos em regime de parceria com o poder público, sendo pessoas jurídicas de direito privado, não podem ter fins lucrativos e dedicam-se ao ensino, à cultura, à saúde, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à preservação do meio ambiente.

II - As organizações da sociedade civil de interesse público constituem o regime de parceria numa gestão por colaboração.

III - Podem ser qualificadas como sociedades civis de interesse público as organizações sociais, as cooperativas, entidades religiosas; todavia, não podem ser assim qualificadas as sociedades comerciais, organizações creditícias e instituições partidárias.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) todas as assertivas estão corretas;
- b) apenas a assertiva III está incorreta;
- c) apenas as assertivas I e II estão incorretas;
- d) apenas as assertivas II e III estão incorretas;

Gabarito: B

PODERES DA ADMINISTRAÇÃO

JUIZ DO TRABALHO - TRT 3 ªR - 2013 – TRT 3 ªR – Relativamente aos poderes administrativos é incorreto afirmar:

- a) O poder discricionário confere ao administrador público liberdade de escolha da conveniência, oportunidade e conteúdo do ato.
- b) O poder vinculado impõe ao agente público a restrição rigorosa aos preceitos legais, sem qualquer liberdade de ação.
- c) O poder hierárquico tem por objetivo ordenar, controlar, coordenar e corrigir as atividades administrativas no âmbito interno da Administração pública.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- d) O poder regulamentar é a faculdade de que dispõem os chefes do Executivo, em todas as esferas, de explicar a lei para a sua correta execução.
- e) O poder de polícia é a faculdade punitiva interna da Administração e só abrange as infrações relacionadas com o serviço.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 14 ªR - 2013 – TRT 14 ªR - Acerca dos poderes administrativos, é correto afirmar que:

- a) Normas gerais e abstratas editadas pela Administração Pública para a explicitação de conceitos legalmente previstos não são admitidas no Direito Administrativo brasileiro, haja vista a existência de matérias absolutamente reservadas à lei pela Constituição Federal de 1988.
- b) São atribuições da Administração Pública, decorrentes exclusivamente do poder hierárquico, delegar atribuições, impor prestação de contas, controlar e avocar atividades dos órgãos subordinados, aplicar sanções disciplinares e editar atos regulamentares.
- c) Sobre temática não prevista em lei, o regulamento autônomo de autoria dos chefes do Executivo é válido e está dentro do âmbito do chamado Poder Regulamentar.
- d) Encontra-se dentro dos atributos do poder de polícia discricionário o juízo de conveniência e oportunidade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade, obedecidos os requisitos da competência, objeto, forma, finalidade e motivo, bem assim os princípios da administração pública, consistentes na legalidade, moralidade, proporcionalidade e vinculação.
- e) Não são admitidas no Direito Administrativo brasileiro normas gerais e abstratas editadas pela Administração Pública de forma independente ou autônoma em relação a regras gerais, salvo hipóteses excepcionais previstas necessariamente na Constituição Federal de 1988.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 8ªR - 2013 – TRT 8ªR - Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Constitui ato de improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito, auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade perante a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com no mínimo cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, sujeitando o infrator à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

b) Dentre os poderes afetos à Administração Pública, destaca-se o poder regulamentar, que é a prerrogativa que lhe é conferida para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação, não se inserindo dentro dela a aptidão para alterar a lei sob o pretexto de estar regulamentando-a, pois, caso assim o faça, estará invadindo a competência do Poder Legislativo, o que configura abuso de poder regulamentar, podendo o Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo Federal que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

c) A ordem jurídica brasileira conceitua o poder de polícia como sendo a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática ou abstenção de ato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, considerando-se o seu exercício regular quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

d) No que concerne aos meios de controle jurisdicional dos atos da Administração Pública, a Constituição Federal de 1988 põe à disposição do cidadão, dentre outros, o mandado de segurança individual ou coletivo, o habeas data, o direito de petição, mandado de injunção e a ação popular, sendo todos eles aptos a provocar a atuação direta do Poder Judiciário em face de um ato administrativo concreto, tendo cabimento o mandado de segurança quando alguém venha a sofrer lesão ou ameaça de lesão a direito líquido certo, não amparado por habeas corpus, habeas data ou mandado de injunção, decorrente de ato de autoridade, praticado com ilegalidade ou abuso de poder.

e) O inquérito civil público, previsto na Constituição Federal de 1988, pode ser instaurado pelo Ministério Público, a quem competirá requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias, sendo que, na hipótese do Parquet, depois de esgotadas todas as diligências, convencer-se da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil público ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente. Em tal hipótese, os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivadas serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, para fins de homologação ou rejeição do arquivamento do inquérito.

Gabarito: B

JUIZ DO TRABALHO - TRT 14 ªR - 2013 – TRT 14 ªR - Assinale a alternativa correta, após a análise das proposições:

I. No exercício do poder regulamentar ou normativo, é franqueado ao Presidente da República criar ou extinguir ministérios e órgãos da administração pública federal.

II. O poder disciplinar permite à administração apurar infrações e aplicar penalidades a servidores públicos e a particulares, ainda que não estejam sujeitos à disciplina interna da administração.

III. O poder hierárquico confere o poder de avocar atribuições de competência exclusiva do órgão subordinado.

a) Apenas as proposições I e II são falsas.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- b) Apenas as proposições I e III são falsas.
- c) Apenas as proposições II e III são falsas.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 18ªR - 2012 – FCC – A Constituição Federal estabelece, entre os direitos individuais, que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Entre os poderes conferidos à Administração, insere-se o poder de polícia, o qual, aplicado de maneira consentânea com o referido mandamento constitucional

- a) possibilita a atuação coercitiva da Administração, apenas em caráter repressivo, a cargo da polícia administrativa.
- b) autoriza a Administração a atuar preventiva e repressivamente, nos limites da lei, limitando o exercício de direitos individuais em benefício do interesse público.
- c) autoriza a atuação da Administração, nos limites da lei, limitando o exercício de direitos individuais para garantir a segurança e a ordem pública, não podendo atingir o exercício de atividades econômicas.
- d) autoriza a imposição de restrições ao exercício de atividades econômicas, nos limites da lei, em prol do interesse público, não podendo importar limitação ao exercício de direitos individuais.
- e) possibilita a atuação coercitiva da Administração, utilizando meios diretos e indiretos de execução, apenas nas hipóteses de ocorrência de conduta ilícita do particular.

Gabarito: B

JUIZ DO TRABALHO - TRT 18ªR - 2012 – FCC – Considere as seguintes afirmações:

- I. Controlar a atividade de órgãos inferiores, inclusive avocando competências que não sejam exclusivas do órgão subordinado.
- II. Editar normas para fiel execução da lei.
- III. Aplicar penalidades àqueles que contratam com a Administração.

Correspondem ao exercício de poder da Administração

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) II, apenas.

Gabarito: A

JUIZ DO TRABALHO - TRT 20ªR - 2012 – FCC – A respeito dos poderes da Administração, é correto afirmar que o poder

- a) de polícia constitui atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regule a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente, entre outros, à segurança e à tranquilidade pública.
- b) hierárquico fundamenta a avocação, pela Administração direta, de matérias inseridas na competência das autarquias a ela vinculadas.
- c) regulamentar autoriza a edição, pelo Chefe do Executivo, de normas complementares à lei, admitindo-se o regulamento autônomo para matéria de organização administrativa, incluindo a criação de órgãos e de cargos públicos.
- d) de polícia é exercido pelo Poder Executivo, por intermédio da autoridade competente, mediante a edição de normas gerais criando obrigações para toda a coletividade, disciplinadoras de atividades individuais, concernentes, entre outros, à segurança, à higiene, à ordem e aos costumes.
- e) hierárquico, também denominado disciplinar, corresponde ao poder conferido aos agentes públicos para emitir ordens a seus subordinados e aplicar as sanções disciplinares não expressamente previstas em lei.

Gabarito: A

JUIZ DO TRABALHO - TRT 21ªR - 2012 – TRT 21ªR - Sobre os poderes da administração pública, é correto afirmar-se que:

- I – a doutrina e a jurisprudência contemporâneas têm verificado a legitimidade do exercício do poder discricionário à luz de novos elementos, como a transparência no processo formativo do ato administrativo e a razoabilidade da motivação administrativa;
 - II – o exercício do poder de polícia é limitado pelos direitos fundamentais, de modo que a imposição de abstenções aos particulares só é legítima na medida em que o poder público comprove a necessidade da medida, a sua proporcionalidade e eficácia;
 - III – O poder disciplinar, conquanto relacionado ao poder discricionário, deve observar a garantia do contraditório e da ampla defesa nos processos administrativos;
 - IV – Se, no exercício do poder regulamentar, o administrador, por intermédio de decreto, realizar interpretação que amplie o conteúdo da norma, o Supremo Tribunal Federal tem entendido que, se o caso for de interpretação “ultra legem”, a situação resolve-se pela exclusão da ampliação de conteúdo; mas se a norma regulamentar for “contra legem”, a questão caracterizará crise de legalidade, resolvendo-se pela nulidade do decreto regulamentar.
- a) apenas as assertivas I, II e IV estão corretas;
 - b) apenas as assertivas I, II e III estão corretas;
 - c) apenas as assertivas I e II estão corretas;

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- d) apenas as assertivas II, III e IV estão corretas;
- e) apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

Gabarito: C

JUIZ DO TRABALHO - TRT 3ªR - 2012 – TRT 3ªR - São atributos do poder de polícia, exceto:

- a) Discricionariedade
- b) Exigibilidade
- c) Executoriedade
- d) Atividade positiva
- e) Coercibilidade

Gabarito: D

JUIZ DO TRABALHO - TRT 1ªR - 2012 – FCC - A respeito dos poderes da Administração, é correto afirmar que o poder

- a) regulamentar fundamenta a edição, pelo Chefe do Executivo, de normas gerais destinadas à coletividade, disciplinadoras de atividades individuais.
- b) hierárquico autoriza a avocação, pelo Ministério supervisor, de matérias inseridas na competência das autarquias a ele vinculadas.
- c) disciplinar autoriza a Administração a apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos, não alcançando as sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração.
- d) normativo autoriza a edição, pelo Chefe do Poder Executivo, de decretos em matéria de organização administrativa, tais como a criação de órgãos e cargos públicos.
- e) hierárquico é aquele conferido aos agentes públicos para proferir ordens e aplicar sanções a seus subordinados, com vistas ao bom desempenho do serviço público.

Gabarito: C

Prova: FCC - 2013 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho / Direito Administrativo / Poderes da Administração; Poder normativo, poder hierárquico e poder disciplinar ; Poder de polícia;)

Considere (i) imposição de restrição ao exercício de atividade que enseje risco à saúde pública;(ii) aplicação de pena de suspensão do direito de contratar com a Administração a particular que descumpriu obrigações decorrentes de contrato administrativo; (iii) edição de regimento disciplinando o funcionamento de órgão público colegiado.Referidos atos caracterizam,respectivamente,representação do exercício,pela Administração,de poder.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- **a)** de polícia; hierárquico e disciplinar
- **b)** normativo; hierárquico e disciplinar.
- **c)** regulamentar; de polícia e hierárquico.
- **d)** de polícia, disciplinar e normativo.
- **e)** disciplinar; hierárquico e regulamentar.

LETRA D

(Prova: TRT - 6R (PE) - 2010 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho)

Ao apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa, a Administração Pública faz valer o seu poder:

- **a)** Disciplinar.
- **b)** Normativo.
- **c)** Hierárquico.
- **d)** De polícia.
- **e)** Discricionário.

LETRA A

ATOS ADMINISTRATIVOS

JUIZ DO TRABALHO - TRT 15 ªR - 2013 – TRT 15 ªR - Assinale a proposição incorreta acerca do ato administrativo:

a) o ato administrativo vinculado impede que o administrador público exceda os parâmetros traçados em lei para sua atividade, diferentemente do ato discricionário, que tem como premissas a oportunidade, a corviniência, a justiça e a equidade, todas de livre aferição pelo administrador público, que, todavia, não poderá rever atos administrativos já consumados;

b) a discricionariedade do ato pode ter origem tanto em autorização legal quanto em; hipóteses de silêncio legislativo, sendo que o ato administrativo discricionário não está totalmente desvinculado da lei e poderá ser anulado pela Administração Pública, ante seu poder de autotutela, ou pelo próprio Poder Judiciário;

c) o ato administrativo é sempre vinculado no que tange ao sujeito, na medida em que somente poderá ser praticado pelo agente a que lei atribuiu competência; de outra parte, nem sempre o ato administrativo será vinculado em sua finalidade, podendo haver discricionariedade quando ausentes critérios objetivos de escolha no ordenamento jurídico;

d) a anulação do ato administrativo gera efeitos ex tunc, ou seja, a partir da data de sua emissão, ao passo que a revogação do ato administrativo gera efeitos ex nunc, não retroagindo à data de sua emissão;

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

e) o entendimento sumulado pelo TST de que a representação processual da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de suas autarquias e das fundações públicas, por seus procuradores, não está condicionada à juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação, chancela a qualidade de presunção de veracidade de que estão investidos os atos da Administração Pública.

Gabarito: A

JUIZ DO TRABALHO - TRT 3 ªR - 2013 – TRT 3 ªR – São atributos do ato administrativo:

- a) Autoexecutoriedade e autoridade
- b) Presunção de legitimidade e imperatividade
- c) Presunção de legitimidade e eficiência
- d) Publicidade e autenticidade
- e) Exigibilidade e publicidade

Gabarito: B

JUIZ DO TRABALHO - TRT 5ªR - 2013 – CESPE - Em relação aos atos e princípios administrativos, assinale a opção correta à luz da CF, da jurisprudência dos tribunais superiores e da doutrina.

- a) Segundo o STF, é imprescindível a existência de norma legal específica com vistas a coibir a prática do nepotismo, haja vista que a vedação a essa prática decorre diretamente das normas constitucionais aplicáveis à administração pública, em especial do princípio da moralidade.
- b) É do princípio constitucional da eficiência que decorre o dever estatal de neutralidade, objetividade e imparcialidade do comportamento dos agentes públicos.
- c) O STF admite a aplicação do princípio da isonomia com vistas a elevar a remuneração de servidores públicos.
- d) O princípio da razoabilidade é expressamente previsto na CF.
- e) O ato administrativo complexo deve ser formado pela junção de manifestações de vontade de órgãos diferentes, sendo, portanto, derivado da conjugação de vontades de órgãos diversos.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 3 ªR - 2013 – TRT 3 ªR – Relativamente ao motivo do ato administrativo, é incorreto afirmar:

- a) É irrelevante para a eficácia do ato administrativo vinculado.
- b) É elemento, e não atributo, do ato administrativo.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- c) É também denominado motivação.
- d) Corresponde às razões de fato e de direito que servem de fundamento ao ato administrativo.
- e) Não se confunde com o mérito do ato administrativo.

Gabarito: C

JUIZ DO TRABALHO - TRT 5ªR - 2013 – CESPE - Ainda no que diz respeito aos atos e princípios administrativos, assinale a opção correta com base na CF, na jurisprudência dos tribunais superiores e na doutrina.

- a) São atributos do ato administrativo a competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto.
- b) De acordo com entendimento jurisprudencial, é permitido o corte salarial dos servidores públicos nos dias de paralisação do serviço em razão de greve da categoria.
- c) Configura nepotismo a nomeação, por governador de estado, do próprio irmão para ocupar o cargo de secretário estadual.
- d) A discricionariedade administrativa não é limitada pelo princípio da razoabilidade.
- e) A administração pública pode comprometer direitos fundamentais sob a justificativa de concretização do princípio constitucional da eficiência, em uma chamada ponderação de princípios.

Gabarito: B

JUIZ DO TRABALHO - TRT 8ªR - 2013 – TRT 8ªR - Com relação aos atos administrativos, é CORRETO afirmar que:

- a) São nulos os atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios e das entidades autárquicas, nos casos de incompetência, vício de forma, ausência de vontade de produzir o ato administrativo; ilegalidade do objeto; inexistência dos motivos e desvio de finalidade.
- b) Ato administrativo é espécie de ato jurídico e distingue-se dos atos de direito privado pelos seguintes atributos ou características: autoexecutoriedade, atributo do ato administrativo pelo qual ele é executado pela própria Administração Pública, não carecendo de auxílio do Poder Judiciário; presunção de legitimidade e veracidade, que diz respeito a sua conformidade com a lei e a fé pública de que é dotado; imperatividade, por conta do que o ato administrativo se impõe a terceiros quando estabelece obrigações; e tipicidade que é o atributo segundo o qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas nas políticas públicas estabelecidas pela Administração Pública, como aptas a produzir determinados resultados, sendo decorrência direta do princípio constitucional da eficiência.
- c) Revogação é a extinção explícita ou implícita de um ato administrativo ou de seus efeitos por outro ato administrativo, executada por motivos de conveniência e oportunidade, com efeito ex tunc, e tem lugar quando uma autoridade, no exercício de competência administrativa, conclui que um determinado ato ou relação jurídica não atende ao interesse público, resolvendo extingui-lo, a fim de prover de forma mais satisfatória às conveniências administrativas.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

d) Nos atos discricionários o agente tem o poder de valorar os fatores constitutivos do motivo e do objeto, apreciando a conveniência e a oportunidade da conduta. Essa valoração reflete o que modernamente denominase reserva do possível, ou seja, o conjunto de elementos que viabilizam ou não determinada ação governamental.

e) A invalidação é a eliminação de um ato administrativo ou relação jurídica dele advinda, em face de haver sido produzido em desacordo com a ordem jurídica vigente. Tem como sujeitos ativos tanto a Administração de onde proveio o ato administrativo inválido, quanto o Poder Judiciário. No 1º caso, sua atuação é sempre espontânea, enquanto que no segundo, a invalidação do ato dá-se em face da apreciação de uma lide. Desse modo, a invalidação pode ser administrativa ou judicial.

Gabarito: D

JUIZ DO TRABALHO - TRT 5ªR - 2013 – CESPE - No que se refere ao servidor público e ao ato administrativo, assinale a opção correta de acordo com a CF, a jurisprudência dos tribunais superiores e a doutrina.

a) Segundo o STJ, ressalvadas as hipóteses constitucionais de acumulação de proventos de aposentadoria, não é mais possível, após o advento da Emenda Constitucional n.º 20/1998, a cumulação de mais de uma aposentadoria à conta do regime próprio de previdência, salvo se o ingresso do servidor no cargo em que obteve a segunda aposentação tenha ocorrido antes da referida emenda.

b) Salvo nos casos previstos na CF, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado nem ser substituído por decisão judicial.

c) O ato administrativo simples deriva da manifestação de vontade ou declaração jurídica de apenas um órgão, sendo possível, portanto, apenas na forma singular.

d) A expressa previsão editalícia de que serão providas, além das vagas previstas no edital, outras que vierem a existir durante o prazo de validade do certame não confere direito líquido e certo à nomeação ao candidato aprovado fora das vagas originalmente determinadas, mas dentro das surgidas no decurso do prazo de validade do concurso.

e) Cabe mandado de segurança para a revisão de penalidade imposta em processo administrativo disciplinar sob o argumento de ofensa ao princípio da proporcionalidade.

Gabarito: B

JUIZ DO TRABALHO - TRT 14ªR - 2013 – TRT 14ªR - No que tange à doutrina e jurisprudência acerca do controle dos atos administrativos é pertinente afirmar:

I. Em caso de demissão de servidor público decorrente de processo administrativo disciplinar, o controle por parte do Poder Judiciário deve ficar restrito aos aspectos formais, dado não ser possível a análise da motivação do ato decisório.

II. O TCU, quando julga as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos, atua no exercício de função jurisdicional atípica.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

III. Sob pena de incursão no denominado mérito administrativo, é vedado, via de regra, nas demandas que envolvam discussão acerca de concurso público, o controle pelo Poder Judiciário dos critérios utilizados pela banca examinadora para a formulação de questões e atribuição de notas a candidatos.

- a) Apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Apenas a proposição II é verdadeira.
- c) Apenas a proposição III é verdadeira.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

Gabarito: C

JUIZ DO TRABALHO - TRT 14^ªR - 2013 – TRT 14^ªR - No que concerne ao ato administrativo, assinale a alternativa correta:

I. Quanto à exequibilidade, o ato administrativo imperfeito e o ato pendente não estão aptos à produção de efeitos jurídicos, já que não completaram seu ciclo de formação.

II. Quanto à formação de vontade, a deliberação de um conselho constitui exemplo de ato administrativo simples.

III. Os atos administrativos, por razões de segurança e certeza jurídicas, devem seguir obrigatoriamente a forma escrita, garantia de verificação e controle desses atos.

- a) Apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Apenas a proposição II é verdadeira.
- c) Apenas a proposição III é verdadeira.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

Gabarito: B

JUIZ DO TRABALHO - TRT 18^ªR - 2012 – FCC – No que diz respeito ao controle judicial dos atos administrativos, é correto afirmar que, com base na Teoria dos Motivos Determinantes, o Poder Judiciário

- a) não pode invalidar atos administrativos discricionários, salvo quando identificado desvio de finalidade.
- b) não pode invalidar ato administrativo por vício de legalidade, quando presentes razões de conveniência e oportunidade que justifiquem a sua edição.
- c) pode invalidar atos administrativos cuja motivação tenha se tornado insubsistente, alterando, assim, o juízo de conveniência e oportunidade.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

d) pode invalidar ato administrativo discricionário, quando identificada inexistência ou falsidade do motivo.

e) somente pode invalidar os atos administrativos vinculados se identificada não correspondência entre as condições fáticas e os requisitos legais para sua edição.

Gabarito: D

JUIZ DO TRABALHO - TRT 20ªR - 2012 – FCC – A respeito do controle jurisdicional dos atos administrativos, é correto afirmar que

a) os atos discricionários, por envolverem juízo de conveniência e oportunidade, afastam o controle de legalidade pelo Poder Judiciário.

b) apenas os atos vinculados admitem controle do Poder Judiciário, que atinge aspectos de legalidade e mérito.

c) o Poder Judiciário pode, por provocação da Administração, revogar atos considerados inconvenientes ou inoportunos, com base na teoria dos motivos determinantes.

d) os atos vinculados e os discricionários sujeitam-se ao controle do Poder Judiciário no que diz respeito aos requisitos de legalidade.

e) os atos discricionários não admitem exame de aspectos de mérito, podendo, contudo, ser revogados pelo Poder Judiciário quando comprovado desvio de finalidade.

Gabarito: D

JUIZ DO TRABALHO - TRT 23ªR - 2012 – TRT 23ªR – Analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta:

I - Diz-se ato administrativo perfeito aquele que é completo, válido e eficaz.

II - A autoexecutoriedade é um dos atributos do ato administrativo, pelo qual, deve a Administração Pública sempre explicitar os motivos que justificaram a prática de seus atos administrativos de modo a tomá-los, assim, imediatamente públicos e exequíveis.

III - Quanto ao grau de liberdade da Administração Pública para decidir, os atos administrativos podem ser classificados entre vinculados e discricionários. Os primeiros são aqueles em que a própria legislação prescreve, com detalhes, as particularidades de formação do ato administrativo a ser produzido diante de certas condições. Os últimos, por sua vez, são aqueles em que a legislação deixa certa margem de liberdade ao Administrador para, diante do caso concreto, valer-se de critérios de conveniência e oportunidade para deliberar pela prática ou não de certo ato administrativo e, ainda, para optar pelo ato a ser produzido e para moldá-lo às particularidades que a situação específica exige.

IV - Revogação de ato administrativo é sinônimo de anulação de ato administrativo, visto que ambas ocorrem, indistintamente, quando a própria Administração Pública retira definitivamente um ato administrativo do ordenamento jurídico, mediante edição de outro ato produzido para tanto, por razões de invalidade ou de ilegalidade do ato original.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

V - Quanto à composição da vontade, diz-se ato administrativo simples o que é oriundo da manifestação de vontade de um único agente administrativo de formação singular e ato administrativo complexo o que, conquanto também provenha de um único agente administrativo, porém se trata de órgão de formação colegiada.

- a) Apenas a proposição III está correta e as demais estão incorretas.
- b) Apenas as proposições I e III estão corretas e as demais estão incorretas.
- c) Apenas as proposições II e IV estão corretas e as demais estão incorretas.
- d) Apenas as proposições I, III e V estão corretas e as demais estão incorretas.
- e) Apenas as proposições II e III estão corretas e as demais estão incorretas.

Gabarito: A

JUIZ DO TRABALHO - TRT 23ªR - 2012 – TRT 23ªR – Analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta.

I - Os chamados requisitos do ato administrativo são os componentes ou elementos de que é formado para a sua validade. Dentre outros, são elementos do ato administrativo: a forma, ou seja, o meio através do qual o ato aparece ou revela a sua existência no mundo fático e jurídico; e o motivo, a saber, o objetivo a ser alcançado com a prática do ato, no plano fático e jurídico, pela produção daquele ato administrativo o que sempre se apegue à defesa do interesse público.

II - O que se concebe por "tutela administrativa" é a prerrogativa da própria Administração de analisar a conveniência e a oportunidade de manutenção dos seus atos administrativos válidos em respeito ao interesse público, bem como, de analisar a validade desses atos em face da legislação de regência e aos princípios da Administração Pública para invalidá-los, se for o caso.

III - Segundo a Teoria dos Motivos Determinantes, quando a Administração declara o motivo que determinou a prática de um ato discricionário que, em princípio prescindiria de motivação expressa, fica vinculada à existência do motivo por ela, Administração, declarado. Esse motivo indicado, entendido como justificativa da realização do ato, deve existir e ser legítimo. Havendo desconformidade entre a realidade e o motivo declarado ou não sendo ele causa justificável, toma-se possível a declaração da invalidade do ato pelo Poder Judiciário. O ato nestas condições é nulo.

IV - Não se confunde o motivo do ato administrativo, um de seus requisitos, com a motivação do ato administrativo que é, diversamente, a enunciação, descrição ou explicitação dos motivos do ato.

V - A anulação de ato administrativo que se encontra em desconformidade com os seus requisitos legais de regência não dá ensejo à busca pelo Poder Judiciário, ainda que o seja para aquele que, interessado, pretenda simplesmente impugnar o ato de anulação, visto que não se reconhece a existência de quaisquer direitos calcados em ato administrativo nulo.

- a) Apenas as proposições III, IV e V estão corretas e as demais estão incorretas.
- b) As proposições I, III, IV e V estão corretas e a proposição II está incorreta.
- c) As proposições II, III, IV e V estão corretas e a proposição I está incorreta.
- d) Apenas as proposições I, III e IV estão corretas e as demais estão incorretas.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

e) Apenas as proposições III e IV estão corretas e as demais estão incorretas.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 23ªR - 2012 – TRT 23ªR – Analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta.

I - É possível o controle judicial sobre a validade de atos administrativos, ainda que se trate de ato administrativo dito discricionário, visto que, nessa modalidade de atos administrativos também há requisitos ou elementos vinculados e, portanto, perfeitamente passíveis de controle da legalidade, não ocorrendo, daí, qualquer violação do princípio da tripartição dos Poderes do Estado.

II - No caso de revogação de atos administrativos pela própria Administração, por motivo de conveniência ou oportunidade, não se há falar em respeito aos direitos adquiridos de terceiros, mormente se particulares, em vista da supremacia do interesse público em detrimento do privado e, ainda, do princípio da eficiência administrativa.

III - Os chamados requisitos do ato administrativo são os componentes ou elementos de que é formado para a sua validade, dentre os quais, está a competência que é o poder ou a atribuição que a lei outorga ao agente público para que, no desempenho de determinada função, pratique certo ato administrativo.

IV - São espécies de atos administrativos, dentre outras, a permissão, a licença e a autorização.

V - A presunção de legitimidade dos atos administrativos é urn atributo que faz com que se presuma a conformidade dos atos com os ditames do ordenamento jurídico posto. Tal presunção, todavia, é de natureza meramente relativa, de modo que ao interessado é dado demonstrar a invalidade do ato administrativo perante as instâncias competentes, sejam administrativas ou Judiciais.

- a) Apenas as proposições I e III são corretas e as demais estão incorretas,
- b) As proposições I, III, IV e V estão corretas e a proposição II está incorreta.
- c) As proposições I, II, III e V estão corretas e a proposição IV está incorreta
- d) As proposições I, II e V estão corretas e as demais estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

Gabarito: B

JUIZ DO TRABALHO - TRT 23ªR - 2012 – TRT 23ªR – Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.

I - o sistema da dualidade de jurisdição, adotado pelo Brasil, autoriza que órgãos do contencioso administrativo exerçam, ao lado do Poder Judiciário, função jurisdicional sobre lides de que a Administração Pública seja parte interessada.

II - É incabível o controle judicial de ato político pelo Poder Judiciário.

III - Do ato administrativo que contrariar súmula vinculante, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

IV - os atos que estabelecem regras sobre o funcionamento interno dos órgãos da Administração não poderão ser apreciados pelo Poder Judiciário.

V - em razão da natureza pública dos interesses tutelados pela Administração, quando a Administração Pública figura como parte em ação Judicial, atuando com as seguintes peculiaridades: Juízo privativo, prazos dilatados, processo especial de execução, restrições à concessão de iliminar e à antecipação dos efeitos da tutela.

- a) Somente as proposições constantes dos itens I e IV estão corretas e as demais estão incorretas.
- b) Somente as proposições constantes dos itens III e V estão corretas e as demais estão incorretas.
- c) Somente as proposições constantes dos itens II, III e V estão corretas e as demais estão incorretas.
- d) Somente as proposições constantes dos itens I, II e V estão corretas o as demais estão incorretas.
- e) Somente as proposições constantos dos itens I, II e IV estão corretas e as demais estão incorretas.

Gabarito: B

JUIZ DO TRABALHO - TRT 15ªR - 2012 – TRT 15ªR - Analise as assertivas abaixo e, após, responda:

I. A nulidade do ato administrativo pode ser reconhecida pela própria administração e pelo Poder Judiciário.

II. A revogação de ato pela administração produz efeito ex nunc.

III. Poder hierárquico é a faculdade que a administração possui de punir internamente as infrações funcionais de servidores.

IV. Os serviços públicos uti singuli são mantidos pelos impostos.

V. Ao servidor público não é assegurado o direito de greve.

- a) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- e) Apenas as II e V estão corretas.

Gabarito: C

JUIZ DO TRABALHO - TRT 2ªR - 2012 – TRT 2ªR - Analise as assertivas e marque a alternativa correta:

- a) Os atos administrativos enunciativos imperativos decorrem do exercício do poder extroverso pelo Poder Público.
- b) O encargo é elemento acessório do ato administrativo vinculado.
- c) Pela teoria dos motivos determinantes, quando a Administração motiva o ato, este somente será válido se os motivos forem verdadeiros, a menos que a lei não exija a motivação.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- d) O prazo prescricional para impugnar, administrativa ou judicialmente, o ato administrativo imperfeito conta-se da ciência inequívoca da lesão.
- e) A autorização, que abrange todas as hipóteses em que o exercício de atividade ou a prática de ato são vedados por lei ao particular, é ato administrativo unilateral e discricionário.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 3ªR - 2012 – TRT 3ªR - São atributos do ato administrativo, exceto:

- a) Presunção de legitimidade
- b) Finalidade
- c) Imperatividade
- d) Auto-executoriedade
- e) Tipicidade

Gabarito: B

JUIZ DO TRABALHO - TRT 1ªR - 2012 – FCC - A União firmou convênio com determinada entidade sem fins lucrativos, escolhida de acordo com critérios de conveniência e oportunidade descritos no instrumento, tendo por objeto a conjugação de esforços para o atendimento de população carente. Outra entidade sem fins lucrativos buscou firmar instrumento similar e, em face da negativa da União, recorreu ao Poder Judiciário para anular o convênio firmado com a entidade congênere. Considerando os limites do controle jurisdicional dos atos administrativos, o Poder Judiciário

- a) está impedido de analisar o ato, dada a sua natureza discricionária.
- b) pode analisar o ato, sob os aspectos de legalidade, podendo, ainda, invalidá-lo caso comprovado que os motivos indicados para sua edição não eram verdadeiros.
- c) está impedido de analisar o ato, salvo sob os aspectos atinentes aos princípios aplicáveis à Administração pública.
- d) pode analisar o ato exclusivamente em relação ao seu mérito, com base na teoria dos motivos determinantes.
- e) pode analisar o ato sob os aspectos de legalidade e mérito, salvo em relação aos denominados motivos determinantes.

Gabarito: B

JUIZ DO TRABALHO - TRT 8ªR - 2012 – TRT 8ªR - Acerca do ato administrativo, assinale a alternativa CORRETA:

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- a) Um servidor público, exonerado de cargo em comissão a pedido, pode obter a invalidação da exoneração se provar que não manifestou, por escrito ou verbalmente, a vontade de cessar suas atividades para a Administração.
- b) Um ato administrativo de autorização sujeito a outro ato, confirmatório, consubstanciado em um visto, constitui ato administrativo complexo, pois o visto é condição de eficácia do ato que o exige.
- c) A autorização é ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àqueles que preenchem os requisitos legais o exercício de uma atividade.
- d) Somente a Administração, no exercício de sua prerrogativa de autotutela, pode revogar um ato administrativo, sendo vedado ao Poder Judiciário proceder à valoração dos critérios adotados pela Administração para a revogação, bem como verificar a validade ou não do ato de revogação.
- e) O ato pelo qual a Administração pune o servidor que pratica falta grave é ato vinculado quanto ao seu mérito e ao seu conteúdo.

Gabarito: A

PROCURADOR DO TRABALHO - MPT - 2012 – MPT – Sobre o regime constitucional da administração pública e dos servidores públicos, e diante da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A exigência constitucional de reserva de vagas para pessoas com deficiência em concurso público se impõe, de modo a garantir a eficácia do art. 37, VIII, da Constituição da República, exceto quando o percentual legalmente previsto seja inferior a um, hipótese em que a fração não poderá ser arredondada.
- b) O servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 70/2012 e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição da República, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base no vencimento do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei.
- c) A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição da República somente poderão ser fixados ou alterados por lei complementar, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.
- d) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Gabarito: D

JUIZ DO TRABALHO - TRT 4ªR - 2012 – FCC - A respeito do ato administrativo, é correto afirmar que

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- a) o desvio de poder constitui vício relativo ao motivo do ato administrativo e enseja sua nulidade, com base na teoria dos motivos determinantes.
- b) a finalidade do ato discricionário decorre da aderência das razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, sendo nulo, com base na teoria dos motivos determinantes, o ato que não cumpra tal condição.
- c) motivo é o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato e, quando falso, importa a invalidade do ato, que pode ser declarada pelo Poder Judiciário com base na teoria dos motivos determinantes.
- d) a discricionariedade administrativa impede o exame, pelo Poder Judiciário, do motivo do ato, aplicando-se, no caso dos atos vinculados, a teoria dos motivos determinantes.
- e) apenas os atos discricionários comportam o exame, pelo Poder Judiciário, da validade e veracidade dos pressupostos de fato e de direito para sua edição.

Gabarito: C

(Prova: FCC - 2013 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho)

A União pretende implementar um grande programa de recuperação de rodovias e firmou convênio com diversos Estados, para repasse de recursos destinados à execução das obras necessárias. A opção da Administração federal foi contestada por diversos setores da opinião pública, que consideram que tal investimento não seria prioritário e sustentam que os recursos orçamentários correspondentes deveriam ser redirecionados para programas de melhoria da mobilidade nos grandes centros e regiões metropolitanas. Com base em tais argumentos, entidade representante da sociedade civil submeteu a matéria ao controle do Poder Judiciário buscando a anulação dos atos administrativos de celebração dos convênios. O Poder Judiciário.

- **a)** poderá anular os atos administrativos se identificar vício de legalidade, inclusive em relação aos motivos e finalidade.
- **b)** poderá anular os atos administrativos, se discordar dos critérios de conveniência e oportunidade da Administração.
- **c)** poderá revogar os atos administrativos se identificar desvio de finalidade, consistente na afronta ao interesse público.
- **d)** poderá alterar os atos administrativos, redirecionando os recursos orçamentários, com base na teoria dos motivos determinantes.
- **e)** não poderá anular os atos administrativos e, na hipótese de identificar desvio de finalidade, deverá assinalar prazo para a Administração editar novo ato.

LETRA A

(Prova: TRT - 6R (PE) - 2010 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho)

Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**:

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- **a)** O prazo decadencial de cinco anos para a Administração anular seus atos, de que decorram efeitos favoráveis para os administrados, só incide a contar da data na qual a Lei n. 9.784/99, entrou em vigor.
- **b)** Os atos administrativos somente gozam da presunção de legalidade e validade.
- **c)** Em face da teoria dos motivos determinantes, não é possível, por exemplo, a mudança do destino de um bem desapropriado.
- **d)** Os fatos administrativos admitem anulação, mas, ao contrário dos atos administrativos, não admitem revogação.
- **e)** Licença é ato administrativo discricionário.

LETRA A

AGENTES PÚBLICOS

AGENTES PÚBLICOS

JUIZ DO TRABALHO - TRT 15 ªR - 2013 – TRT 15 ªR - Quanto aos servidores públicos, é incorreto dizer:

a) segundo recente decisão do STF, com repercussão geral, é obrigatória a motivação para a dispensa de empregados de empresas estatais e sociedades de economia mista, tanto da União quanto dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, mesmo não se aplicando a esses empregados a estabilidade prevista no artigo 41 da CF, estabelecendo, inclusive, a necessidade de instauração de processo administrativo disciplinar para fins de motivação da dispensa;

b) o Supremo Tribunal Federal, em Ação Direta de Constitucionalidade, declarou constitucional a norma inscrita no artigo 71, § 1º, da Lei n. 8.666/93, com redação dada pela Lei n. 9.032/95, que exclui a responsabilidade da Administração Pública pelo pagamento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes de inadimplemento da entidade contratada pelo poder público mediante licitação;

c) a Constituição Federal garantiu aos servidores públicos o direito à livre associação sindical, sendo que o direito de greve, também assegurado, será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica, tendo entendido o Supremo Tribunal Federal que no vazio legislativo a respeito aplica-se a lei de greve do setor privado (Lei n. 7.783/89);

d) a Constituição Federal, embora estabeleça que a remuneração dos servidores públicos e o subsídio dos membros de Poder, dos detentores de mandato eletivo, dos Ministros de Estado e dos Secretários Estaduais e Municipais somente possam ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegura o direito à revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

e) a redação original do Projeto de Emenda Constitucional, que se transformou na Emenda Constitucional n. 45, atribuía à Justiça do Trabalho a competência para julgar ações oriundas das relações de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Gabarito: A

JUIZ DO TRABALHO - TRT 5ªR - 2013 – CESPE - Assinale a opção correta em relação à ajuda de custo no âmbito da Lei n.º 8.112/1990.

- a) É vedada a concessão de ajuda de custo àquele que, não sendo servidor da União, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio.
- b) O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de quinze dias.
- c) A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter eventual.
- d) É vedado o duplo pagamento de indenização a título de ajuda de custo, a qualquer tempo, no caso de o servidor passar a ter exercício na mesma sede de seu cônjuge ou companheiro, também servidor, anteriormente agraciado com o benefício.
- e) Cabe ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.

Gabarito: D

JUIZ DO TRABALHO - TRT 5ªR - 2013 – CESPE - Assinale a opção correta acerca dos serviços públicos, de acordo com a CF, a jurisprudência dos tribunais superiores e a doutrina referente à Lei n.º 8.112/1990.

- a) O auxílio-moradia não será concedido por prazo superior a oito anos dentro de cada período de quinze anos e, nos casos de falecimento ou exoneração do servidor, de colocação de imóvel funcional à disposição do servidor ou de aquisição de imóvel, esse auxílio deixará imediatamente de ser pago.
- b) Constituem exigências legais para a reversão por solicitação expressa do servidor: interesse da administração, aposentadoria voluntária, nos cinco anos anteriores ao pedido de retorno, estabilidade do servidor à época da aposentadoria, existência de cargo vago.
- c) A readaptação, destinada apenas aos servidores efetivos, pode ser utilizada mesmo que a limitação não tenha surgido durante o tempo de exercício do servidor no cargo.
- d) A taxa de limpeza pública inclui-se entre as taxas de serviços públicos gerais prestados indistintamente a todos os cidadãos, visto que atingem a comunidade considerada como um todo, beneficiando número indeterminado ou indeterminável de pessoas.
- e) O serviço de segurança pública inclui-se entre os serviços públicos específicos prestados a um grupo determinado ou determinável de pessoas, sendo passível de utilização individual e mensurável, o que possibilita sua divisão e permite a avaliação de seu uso efetivo ou potencial.

Gabarito: B

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

JUIZ DO TRABALHO - TRT 5ªR - 2013 – CESPE - No que se refere ao servidor público e ao ato administrativo, assinale a opção correta de acordo com a CF, a jurisprudência dos tribunais superiores e a doutrina.

- a) Segundo o STJ, ressalvadas as hipóteses constitucionais de acumulação de proventos de aposentadoria, não é mais possível, após o advento da Emenda Constitucional n.º 20/1998, a cumulação de mais de uma aposentadoria à conta do regime próprio de previdência, salvo se o ingresso do servidor no cargo em que obteve a segunda aposentação tenha ocorrido antes da referida emenda.
- b) Salvo nos casos previstos na CF, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado nem ser substituído por decisão judicial.
- c) O ato administrativo simples deriva da manifestação de vontade ou declaração jurídica de apenas um órgão, sendo possível, portanto, apenas na forma singular.
- d) A expressa previsão editalícia de que serão providas, além das vagas previstas no edital, outras que vierem a existir durante o prazo de validade do certame não confere direito líquido e certo à nomeação ao candidato aprovado fora das vagas originalmente determinadas, mas dentro das surgidas no decurso do prazo de validade do concurso.
- e) Cabe mandado de segurança para a revisão de penalidade imposta em processo administrativo disciplinar sob o argumento de ofensa ao princípio da proporcionalidade.

Gabarito: B

JUIZ DO TRABALHO - TRT 3ªR - 2013 – TRT 3ªR – O jurado, no Tribunal do Juri, e o advogado contratado pelo ente público, para sua defesa em juízo, são respectivamente:

- a) Agente honorífico e agente credenciado
- b) Agente credenciado e agente delegado
- c) Agente delegado e agente credenciado
- d) Agente político e agente delegado
- e) Agente administrativo e agente credenciado

Gabarito: A

JUIZ DO TRABALHO - TRT 8ªR - 2013 – TRT 8ªR - Com relação aos agentes públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os membros das Forças Armadas são denominados militares, e são a eles aplicadas as seguintes disposições, dentre outras: 1) as patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são conferidas pelo Presidente da República e asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados, sendo-lhes privativos os títulos e postos militares e, juntamente com os demais membros, o uso dos uniformes das Forças Armadas; 2) o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente perderá o cargo anteriormente ocupado e a respectiva patente,

exceto se já estiver na reserva, quando manterá sua patente; 3) ao militar são proibidas a sindicalização e a greve; e, 4) o militar, enquanto em

serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos.

b) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, sendo-lhes garantido o direito à aposentadoria por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei, ou compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ou voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, desde que tenha sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher, ou sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

c) Os servidores públicos estrito senso, aprovados em concurso público, são estáveis no cargo de provimento efetivo após três anos de efetivo exercício, só podendo perder o cargo na hipótese de decisão judicial transitada em julgado que assim determine, ou por decisão proferida em processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa, ou, ainda, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei ordinária, assegurada ampla defesa, sendo que, invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, sendo requisito indispensável para a aquisição da estabilidade, a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

d) São requisitos fundamentais para investidura em cargo público: a nacionalidade brasileira, o gozo dos direitos políticos, a quitação com as obrigações militares e eleitorais, o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, a idade mínima de dezoito anos, e aptidão física e mental, sendo que, dependendo das atribuições do cargo, outros requisitos podem ser estabelecidos em lei, sendo assegurado às pessoas portadoras de deficiência o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, ficando-lhes reservadas até 25% (vinte e cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.

e) A Constituição Federal de 1988 estabelece como regra a vedação de acumulação remunerada ou não de cargos e empregos públicos, excetuadas as hipóteses em que houver compatibilidade de horários, observando-se, nesses casos, o teto de vencimento ou subsídio e enquadrando-se dentro das hipóteses de exceção, de forma taxativa, as seguintes: a de dois cargos de professor, a de um cargo de professor com um emprego técnico ou científico, e a de dois cargos ou empregos privativos de outros profissionais de saúde, cujas profissões possuam regulamentação, estendendo-se a proibição de acumular a empregos e funções, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

Gabarito: B

JUIZ DO TRABALHO - TRT 14 ªR - 2013 – TRT 14 ªR - Faça a opção pela alternativa correta:

I. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

II. O servidor público civil, após aprovado em concurso público e nomeado para cargo de provimento efetivo, adquire estabilidade após dois anos de exercício.

III. Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com percepção integral dos vencimentos, até sua adequada reintegração em outro cargo.

- a) Apenas as proposições I e II são falsas.
- b) Apenas as proposições I e III são falsas.
- c) Apenas as proposições II e III são falsas.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

Gabarito: C

JUIZ DO TRABALHO - TRT 14 ªR - 2013 – TRT 14 ªR - No pertinente a cargos, empregos e funções públicas, de acordo com o atual cenário constitucional, é correto afirmar, EXCETO:

- a) São acessíveis aos estrangeiros, na forma da lei.
- b) Durante o prazo improrrogável, previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- c) No caso de invalidação por sentença judicial da demissão do servidor público estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.
- d) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, proibição que se estende a empregos e funções e abrange autarquias e fundações públicas, excluindo apenas as empresas públicas e sociedades de economia mista.
- e) É condição para a aquisição da estabilidade a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Gabarito: D

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

JUIZ DO TRABALHO - TRT 14^ªR - 2013 – TRT 14^ªR - Dentre as formas de provimento de cargo público pode-se citar, EXCETO:

- a) Promoção.
- b) Transferência.
- c) Aproveitamento.
- d) Recondução.
- e) Reversão.

Gabarito: B

JUIZ DO TRABALHO - TRT 11^ªR - 2012 – FCC - Integra o regime constitucional dos servidores públicos a regra segundo a qual

- a) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por indivíduos que não ocupem cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- b) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, mediante autorização, em cada caso, da pessoa da Administração a que se vincule.
- c) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- d) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas, de provas e títulos, ou de títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- e) o prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável uma vez, por igual período.

Gabarito: C

JUIZ DO TRABALHO - TRT 18^ªR - 2012 – FCC – Servidor público federal recusou-se, injustificadamente, a dar andamento a processo cuja instrução estava completa, não obstante tenha sido instado a tanto. De acordo com as disposições da Lei no 8.112/90, sujeita-se à pena de

- a) advertência ou, em caso de reincidência da mesma falta, suspensão.
- b) suspensão, que não pode exceder 60 (sessenta) dias.
- c) suspensão, de até 30 (trinta) dias, conversível em multa.
- d) suspensão ou, em caso de reincidência da mesma falta, demissão.
- e) demissão, salvo se comprovada boa-fé e ausência de prejuízo à Administração.

Gabarito: A

JUIZ DO TRABALHO - TRT 18ªR - 2012 – FCC - De acordo com as disposições da Lei no 8.112/90, o afastamento ou cessão de servidor público ocupante de cargo efetivo no âmbito da Administração direta federal (Poder Executivo) é

- a) admitido para ocupar cargo em comissão de outros Poderes da União, desde que com ônus para o cessionário.
- b) vedado, salvo para outros órgãos ou entidades da Administração direta federal e por prazo determinado.
- c) admitido para ocupar cargo em comissão em órgãos ou entidades dos Estados e Municípios, desde que com ônus para o cessionário.
- d) vedado, salvo por requisição do Presidente da República, para atuar em entidade que não conte com quadro próprio de pessoal.
- e) vedado, salvo para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no próprio órgão em que atua o servidor.

Gabarito: C

JUIZ DO TRABALHO - TRT 20ªR - 2012 – FCC – De acordo com a Lei no 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais,

- a) sujeita-se à pena de demissão, cuja ação disciplinar prescreve em 2 anos a partir da data em que o fato se tornou conhecido, a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.
- b) o abandono de cargo, assim como a inassiduidade habitual, sujeitam o servidor à pena de demissão, que, quando aplicada, incompatibiliza o servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.
- c) a destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de advertência e suspensão.
- d) será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na inatividade, falta punível com demissão.
- e) sujeita-se à pena de suspensão, que não poderá exceder 30 (trinta) dias, a resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.

Gabarito: B

JUIZ DO TRABALHO - TRT 23ªR - 2012 – TRT 23ªR – Com base nas disposições do texto constitucional a respeito da Administração Pública analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

I - As funções de confiança e os cargos em comissão serão preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

II - É garantido ao servidor público, civil e militar, o direito à livre associação sindical e o direito de greve, que será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

III - A regra de proibição de acumular cargos públicos remunerados estende-se a empregos e funções e abrange autarquias e fundações públicas, não se aplicando, contudo, a empresas públicas e sociedades de economia mista, visto que dotadas de personalidade de pessoa jurídica de direito privado.

IV- A remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e com equidade na distinção de índices de acordo com a natureza do cargo ou função desempenhada.

V - A acumulação remunerada de cargos públicos é admitida, excepcionalmente, quando houver compatibilidade de horários, e se der entre: dois cargos de professor; um cargo de professor com outro técnico ou científico; e dois cargos privativos de médico.

- a) Apenas a proposição II está correta e as demais estão incorretas.
- b) Apenas a proposição III está correta o as demais estão incorretas.
- c) Apenas as proposições IV e V estão corretas e as demais estão incorretas.
- d) Apenas a proposição V está correta e as demais estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 23ªR - 2012 – TRT 23ªR – Quanto à responsabilidade do servidor público, nos termos da Lei nº 8112/90, assinale a alternativa correta.

- a) As reposições e indenizações ao erário serão previamente comunicadas ao servidor ativo, aposentado ou ao pensionista, para pagamento, no prazo máximo de trinta dias, devendo ser parceladas, sempre que assim for requerido pelo interessado,
- b) Cabe pena de censura ao servidor que levar à autoridade superior, informação concernente à prática de improbidade da qual tomou conhecimento, em decorrência do exercício de cargo, quando, apurados os fatos, ficar constatado que a denúncia não tinha fundamento.
- c) a obrigação de indenizar é personalíssima, não se transmitindo com a herança.
- d) A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade enquanto que a responsabilidade civil administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
- e) As sanções civis, penais e administrativas são dependentes entre si, podendo cumular-se.

Gabarito: D

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

JUIZ DO TRABALHO - TRT 23ªR - 2012 – TRT 23ªR – Com base na Lei nº 8.112/90, assinale a alternativa correta:

- a) A falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses; conduta escandalosa na repartição; desídia e utilização de recursos materiais da repartição em atividades particulares são causa de demissão do servidor público.
- b) falta ao serviço, sem causa justificada, por trinta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses; conduta escandalosa na repartição; desídia e utilização de recursos materiais da repartição em atividades particulares são causa de demissão do servidor público.
- c) A falta ao serviço, sem causa justificada, por noventa dias, interpoladamente, durante o período de doze meses; desídia e utilização de recursos materiais da repartição em atividades particulares são causa de demissão do servidor público.
- d) A falta ao serviço, sem causa justificada, por noventa dias, interpoladamente, durante o período de doze meses; conduta escandalosa na repartição e desídia são causa de demissão do servidor público.
- e) Conduta escandalosa na repartição; desídia e utilização do recursos materiais da repartição em atividades particulares são causa de suspensão do servidor público.

Gabarito: A

JUIZ DO TRABALHO - TRT 23ªR - 2012 – TRT 23ªR – Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I - O contrato de trabalho originalmente celebrado entre trabalhador e ente da Administração Pública indireta, sem concurso público, é nulo, e os seus efeitos não se convalidam com a ulterior privatização do contratante.

II - De acordo com o entendimento do STF, não afronta a Súmula Vinculante nº 13, a nomeação de parentes para ocupação de cargo político.

III- Nos termos da Lei n. 8112/90, a licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional. para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo poderá ser concedida pelo prazo determinado de até 3 anos consecutivos, com remuneração.

IV - Uma vez concedida pela Administração ao servidor ocupante de cargo efetivo, licença para trato de assuntos particulares, não poderá ser interrompida, salvo se a pedido do servidor.

V - A vedação ao servidor público federal de participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário não se aplica em caso de participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros; e em caso de gozo de licença para o trato de interesses particulares, observada a legislação sobre conflito de interesses.

- a) As proposições II e III estão corretas e as demais estão incorretas.
- b) Apenas as proposições IV e V estão corretas e as demais estão incorretas.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- c) Apenas as proposições I, II, e V estão corretas e as demais estão incorretas.
- d) Apenas as proposições II e V estão corretas e as demais estão incorretas.
- e) Apenas a proposição II está correta o as demais estão incorretas.

Gabarito: D

JUIZ DO TRABALHO - TRT 15ªR - 2012 – TRT 15ªR - Segundo a Constituição Federal é incorreto afirmar que:

- a) O servidor público poderá perder o cargo em virtude, de procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, assegurada ampla defesa.
- b) É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria para servidores titulares de cargos efetivos na União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ressalvados os casos definidos em lei complementar, para servidores portadores de deficiência; que exerçam atividades de risco e aqueles cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.
- c) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos mesmo, ainda que haja compatibilidade de horários no desempenho das respectivas atividades.
- d) Aos membros das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios é vedada a sindicalização e o exercício do direito de greve.
- e) Os servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios se aposentam compulsoriamente aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Gabarito: C

JUIZ DO TRABALHO - TRT 15ªR - 2012 – TRT 15ªR - Assinale a alternativa incorreta:

- a) O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 29 da Lei 8.112/90.
- b) Consideram-se formas de provimento original a nomeação de pessoa estranha aos quadros do serviço público, bem como a de pessoa que já exercia função pública como ocupante de cargo não vinculado àquele para o qual foi nomeada.
- c) A vedação de remuneração de servidor por órgão de deliberação coletiva não se aplica à remuneração devida pela participação em conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, bem como quaisquer empresas ou entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social, observado o que, a respeito, dispuser legislação específica.
- d) O tempo de serviço do servidor afastado para exercer mandato eletivo será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

e) O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

Gabarito: D

JUIZ DO TRABALHO - TRT 21ªR - 2012 – TRT 21ªR - Pedro Pereira foi admitido em março de 1982, como gari na Prefeitura Municipal de Cidade Feliz, sem se submeter a concurso público. Em março de 2010, requereu e obteve aposentadoria por tempo de contribuição junto ao regime previdenciário próprio do município. Em dezembro de 2009, Pedro concluiu o curso superior de contabilidade. Em fevereiro de 2010, submeteu-se a concurso público e foi aprovado para o cargo de auditor da Fazenda Federal, tendo tomado posse no mês seguinte. À luz das regras atinentes aos servidores públicos, é correto afirmar que:

- a) a investidura é regular, uma vez que não se configura hipótese de acumulação ilícita de cargos, porque na data da posse no cargo de auditor já se encontrava aposentado;
- b) a investidura no cargo de auditor está irregular, visto que se trata de clara hipótese de acumulação de cargos, vedada pela Constituição Federal;
- c) não há qualquer ilicitude, visto que a investidura no cargo de gari é nula, pois não foi procedida de aprovação em concurso público;
- d) não se configura hipótese de acumulação ilícita, visto que se trata de investidura em cargos públicos de diferente esfera administrativa;
- e) é lícita a acumulação, uma vez que o cargo de auditor é um cargo técnico, logo acumulável.

Gabarito: B

JUIZ DO TRABALHO - TRT 21ªR - 2012 – TRT 21ªR - Marcos Barnabé é servidor concursado do Instituto de Pesquisa Agropecuária, autarquia do Município de Gramorezinho. Entrou em exercício no cargo público em 10/03/2009. Em 06/02/2011 foi exonerado por insuficiência de desempenho no exercício das suas funções. Inconformado com a exoneração, Marcos Barnabé pode apresentar os seguintes fundamentos para reverter o ato:

- I – que está no período de estágio probatório e não foi submetido a nenhuma avaliação especial de desempenho, por comissão constituída para tal fim, e sem essa avaliação não poderia ter sido despedido;
- II - a dispensa de servidor público concursado, sob qualquer regime, sem observância do dever de motivação, constitui burla à determinação constitucional da realização de concurso público para ingresso na Administração Pública;
- III - é ilícita a dispensa de servidor público, ainda que não detenha estabilidade, sem o prévio processo administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa;

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

IV – a lei complementar para estabelecer o procedimento de avaliação periódica de desempenho ainda não foi editada e, por isso, os meios usados pela autarquia para aferir o desempenho de Marcos não são válidos.

- a) as assertivas I e III estão corretas;
- b) as assertivas II e III estão corretas;
- c) as assertivas I, II e III estão corretas;
- d) as assertivas II, III e IV estão corretas;
- e) todas as assertivas estão corretas.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 21ªR - 2012 – TRT 21ªR - Paulo da Luz ingressou no serviço público no cargo de Analista Judiciário do TRF em 10.04.2000. Em agosto de 2010 foi aprovado em concurso público para o cargo de Auditor Fiscal do Ministério da Fazenda. Para evitar a acumulação ilícita de cargos públicos, solicitou exoneração do cargo ocupando no TRF. Em dezembro de 2011, após regular tramitação de processo administrativo, Paulo foi demitido pelo Ministério da Fazenda pela prática de insubordinação grave em serviço, ainda no curso do estágio probatório. Diante desse fato, considerando que o servidor deixou o cargo de Analista Judiciário, após aprovado no estágio probatório, e considerando, ainda, as disposições do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, é correto afirmar que:

- a) poderá pleitear a sua recondução ao cargo anterior, pois já era detentor de estabilidade;
- b) poderá pleitear a sua reintegração ao cargo anterior, uma vez que já cumpriu o estágio probatório;
- c) não lhe assiste qualquer direito em relação ao cargo de Analista Judiciário, visto que seu desligamento do cargo de Auditor Fiscal ocorreu por demissão;
- d) a sua demissão é nula, visto que a insubordinação, ainda que grave, não é hipótese de demissão, nos termos da Lei 8.112/90, logo poderá pleitear a sua reintegração e regular cumprimento do estágio probatório;
- e) Paulo poderá interpor mandado de segurança para ter deferido o seu retorno ao cargo de Analista Judiciário, visto que, tendo sido aprovado no estágio probatório, possui direito líquido e certo.

Gabarito: C

JUIZ DO TRABALHO - TRT 1ªR - 2012 – FCC - São considerados agentes públicos

- a) apenas aqueles que exercem atividades típicas de governo, detentores de mandato eletivo e seus auxiliares diretos.
- b) apenas aqueles ligados ao Poder Público por vínculo de natureza estatutária, investidos mediante nomeação para cargo público.
- c) os servidores públicos, os agentes políticos, os militares e os particulares em colaboração com o Poder Público.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- d) os servidores públicos, desde que detentores de vínculo estatutário, bem como os agentes políticos, excluídos os militares.
- e) exclusivamente os servidores públicos, detentores de vínculo estatutário ou celetista, excluídos os agentes políticos.

Gabarito: C

JUIZ DO TRABALHO - TRT 1ªR - 2012 – FCC - De acordo com a Constituição Federal e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o direito de greve dos servidores públicos

- a) é assegurado apenas aos servidores sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho e é exercido nos mesmos termos e limites estabelecidos para os trabalhadores da iniciativa privada.
- b) somente será assegurado quando da edição de lei específica, face a ausência de autoaplicabilidade da previsão constitucional.
- c) é assegurado por norma constitucional autoaplicável.
- d) é assegurado constitucionalmente e enquanto não editada lei específica regulando os termos e limites para seu exercício, aplica-se, analogicamente, a legislação que regulamenta a matéria na iniciativa privada.
- e) é assegurado por norma constitucional de eficácia contida, limitando-se aos servidores, celetistas ou estatutários, que não exerçam atividade de natureza essencial.

Gabarito: D

JUIZ DO TRABALHO - TRT 1ªR - 2012 – FCC - De acordo com as disposições da Lei no 8.112/90, a alternativa que apresenta a correlação correta é:

	CONDUTA DE SERVIDOR PÚBLICO	SANÇÃO APLICÁVEL
A)	inassiduidade habitual	demissão
B)	manter sob sua chefia imediata, em função de confiança, cônjuge ou parente até o segundo grau	demissão
C)	cometer à pessoa que não integra a repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição de sua	suspensão

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

	responsabilidade	
D)	coagir subordinado a filiar-se a sindicato	demissão
E)	participar de gerência ou administração de sociedade privada	demissão e inabilitação para investidura em novo cargo público pelo prazo de 5 anos

Gabarito: A

JUIZ DO TRABALHO - TRT 8ªR - 2012 – TRT 8ªR - Consoante a Lei n. 8.112/90, que trata do regime jurídico único dos servidores públicos federais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a trinta dias da publicação.
- b) O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de Natureza Especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a trinta dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, que excederem o referido período.
- c) A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração, que poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.
- d) É vedado ao servidor participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada e exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário. Também é vedada a participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros.
- e) O servidor vinculado ao regime da Lei n. 8.112/90, que acumular licitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.

Gabarito: D

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROCURADOR DO TRABALHO - MPT - 2012 – MPT – Examine as seguintes assertivas:

I - Segundo a Lei nº 8.112/90, a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa, a quem, porém, a Constituição da República não assegura a defesa técnica.

II - Segundo a Lei nº 8.112/90, sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

III - Conforme a Lei nº 8.112/90, quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

IV - O Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, poderá requisitar à autoridade competente a instauração de procedimentos administrativos, ressalvados os de natureza disciplinar, podendo acompanhá-los e produzir provas.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) apenas as assertivas I, II e III estão corretas;
- b) apenas as assertivas I e IV estão corretas;
- c) todas as assertivas estão corretas;
- d) apenas as assertivas I, II e IV estão incorretas;

Gabarito: C

PROCURADOR DO TRABALHO - MPT - 2012 – MPT – Leia e analise os itens a seguir:

I – Em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a exigência de exame psicotécnico para a habilitação de candidato a cargo público só pode ocorrer mediante previsão legal.

II - A homologação do concurso para ingresso na carreira de membro do Ministério Público do Trabalho pelo Procurador-Geral do Trabalho constitui ato administrativo complexo, uma vez que este pressupõe a concorrência de vontades de dois ou mais órgãos, em que a vontade de um é instrumental à do outro que edita o ato principal.

III - Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, o candidato aprovado em concurso público tem direito subjetivo à nomeação para a posse que vier a ser dada nos cargos vagos existentes ou nos que vierem a vagar no prazo de validade do concurso; a recusa da administração em prover referidos cargos, quando existentes candidatos aprovados, deve ser motivada e é suscetível de apreciação pelo poder judiciário.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) somente as assertivas I e II estão corretas;
- b) somente as assertivas II e III estão corretas;
- c) somente as assertivas I e III estão corretas;

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

d) todas as assertivas estão corretas;

Gabarito: C

PROCURADOR DO TRABALHO - MPT - 2012 – MPT – A propósito da qualificação profissional do servidor público, encontra-se INCORRETA a asserção:

- a) O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no País.
- b) Ato do dirigente máximo do órgão ou entidade definirá, em conformidade com a legislação vigente, os programas de capacitação e os critérios para participação em programas de pós- graduação no País, com ou sem afastamento do servidor, que serão avaliados por um comitê constituído para este fim.
- c) Os afastamentos para realização de programas de mestrado e doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos.
- d) O período de afastamento do servidor para cursar pós-graduação stricto sensu não é computado no seu tempo de serviço.

Gabarito: D

JUIZ DO TRABALHO - TRT 4ªR - 2012 – FCC - Servidores públicos federais foram condenados em processo administrativo disciplinar por coagir seus subordinados a filiarem-se a partido político. Um deles aposentou-se após a condenação e o outro permaneceu na ativa. De acordo com o disposto na Lei Federal no 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis da União,

- a) o servidor ativo sujeita-se à pena de suspensão, que não poderá exceder 90 dias e o inativo à pena de multa.
- b) o servidor ativo sujeita-se à pena de advertência, não cabendo penalidade disciplinar ao inativo.
- c) apenas o servidor ativo ocupante de cargo efetivo poderá ser punido, com pena de exoneração e multa.
- d) o servidor ativo ocupante de cargo efetivo sujeita-se à pena de demissão, não cabendo nenhuma sanção ao inativo.
- e) o servidor ativo ocupante de cargo efetivo sujeita-se à pena de demissão e o inativo à cassação de aposentadoria.

Gabarito: B

JUIZ DO TRABALHO - TRT 9ªR - 2012 – ESPP - Assinale a alternativa correta:

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- a) Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo deve ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado.
- b) Viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.
- c) Não há inconstitucionalidade no parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário.
- d) Não é lícito o uso de algemas, ao fundamento de que a autoridade policial tem fundado receio de perigo à integridade física do próprio preso.
- e) Viola a Constituição da República a nomeação de parente colateral, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão na administração pública indireta, no Poder Judiciário.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 4ªR - 2012 – FCC - Constitui forma de provimento de cargo público, de acordo com a legislação que rege a matéria:

- a) Reversão, consistente no provimento de cargo decorrente de transformação do originalmente ocupado pelo servidor, condicionada a aprovação em processo seletivo específico.
- b) Readaptação, consistente na investidura de servidor em cargo de menor complexidade, quando inabilitado em estágio probatório do cargo efetivo originalmente provido.
- c) Reversão, consistente no retorno à atividade de servidor aposentado, nas hipóteses previstas em lei, no mesmo cargo ou em cargo resultante de sua transformação.
- d) Recondição, consistente no retorno do servidor ao cargo de origem, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
- e) Readaptação, consistente no retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Gabarito: C

JUIZ DO TRABALHO - TRT 9ªR - 2012 – ESPP - O governador do Estado resolve extinguir gratificação atribuída a alguns servidores. Assinale a alternativa correta:

- a) Não é lícito fazê-lo porque o servidor tem direito adquirido às gratificações que percebe.
- b) É lícito fazê-lo, desde que por intermédio de lei, de iniciativa governamental, desde que preservado o valor nominal da remuneração.
- c) A única alteração permitida na remuneração dos servidores é a implantação do sistema de subsídios.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- d) É lícito fazê-lo, desde que, concomitante à extinção da gratificação, ele ajuíze ação declaratória de constitucionalidade de lei.
- e) A alteração da remuneração dos servidores estaduais depende de lei de competência privativa da União, nos termos do art. 22, I, "fi- ne", da Constituição da República.

Gabarito: B

(Prova: FCC - 2013 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho)

Considere as seguintes afirmações a respeito dos afastamentos de servidores públicos, na forma prevista pela Lei nº 8.112/90, que disciplina o regime jurídico dos servidores públicos civis da União:

- I. O afastamento de servidor investido em mandato de vereador dar-se-á quando houver incompatibilidade de horário, sendo-lhe facultado optar pela remuneração.
- II. Ao servidor para o qual tenha sido concedido afastamento para estudo ou missão oficial no exterior não será concedida exoneração antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese de ressarcimento da despesa havida com seu afastamento.
- III. O afastamento para o exercício em cargo em comissão ou função de confiança deverá ocorrer com ônus para a entidade cessionária, quando a cessão for para outro órgão ou entidade dos Poderes da União.



QuestoesdeCONCURSOS.com.br

Está correto o que se afirma APENAS em :

- a) II.
- b) II e III.
- c) I.
- d) I e III.
- e) I e II.

LETRA E

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

(Prova: FCC - 2013 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho)

Paulo, servidor público ocupante de cargo efetivo e exercendo função comissionada de Chefia, retirou, sem autorização da autoridade responsável, documento interno da repartição em que atua. De acordo com o regime disciplinar previsto na Lei nº 8.112/90, a conduta de Paulo enseja a aplicação de pena de:

- a) destituição da função comissionada.
- b) demissão.
- c) advertência.
- d) suspensão.
- e) multa.

LETRA C

(Prova: TRT - 6R (PE) - 2010 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho -)

Com relação às vantagens dos servidores públicos federais, leia as assertivas abaixo e depois assinale a alternativa **CORRETA**.

I. Constituem indenizações ao servidor: ajuda de custo, diárias, transportes e auxílio moradia.
II. Além do vencimento e das vantagens, os servidores têm direito às seguintes retribuições, gratificações e adicionais: retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; gratificação natalina; adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; adicional pela prestação de serviço extraordinário; adicional noturno; adicional de férias; outros adicionais relativos ao local ou à natureza do trabalho e gratificação por encargo de curso ou concurso.
III. As férias dos servidores poderão ser parceladas em até três etapas, desde que sejam requeridas pelo interessado, observando-se o interesse da administração pública.
IV. A requerimento do servidor e observado o interesse da Administração Pública, 1/3 (um terço) das férias poderá ser convertido em pecúnia.
V. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de duas horas por jornada.

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas a assertiva II está correta.
- c) Apenas a assertiva III está correta.
- d) As assertivas I, II, III e V estão corretas.
- e) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.

LETRA D

(TRT - 6R (PE) - 2010 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho -)

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

No tocante à posse em cargo no serviço público federal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- **a)** A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.
- **b)** A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.
- **c)** A posse é um ato personalíssimo, sendo incabível a sua realização mediante procuração.
- **d)** Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação;
- **e)** No ato da posse, o servidor apresentará declarações de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

LETRA C

(Prova: TRT - 6R (PE) - 2010 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho -)

Em relação à licença para capacitação prevista na Lei 8.112/90, assinale a alternativa **CORRETA**:

- **a)** Após o primeiro biênio de efetivo exercício, o servidor poderá obter a licença para capacitação pelo período de no máximo cinco meses.
- **b)** Após o primeiro triênio de efetivo exercício, o servidor poderá obter a licença para capacitação pelo período máximo de cinco meses.
- **c)** O direito à licença para capacitação é receptício, isto é, depende apenas da manifestação da vontade do servidor.
- **d)** A licença para capacitação será concedida pelo período de até cinco meses, sem remuneração.
- **e)** A licença para capacitação será concedida pelo período de até três meses.

LETRA E

(Prova: TRT - 6R (PE) - 2010 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho)

Com base na Lei n. 8.112/90 e nos princípios e demais normas do Direito Administrativo, assinale a alternativa **CORRETA**:

- **a)** O servidor aposentado deve requerer a conversão em pecúnia da licença-prêmio adquirida, porém não gozada, no prazo de cinco anos, a contar da data da aquisição do direito à licença.
- **b)** A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.
- **c)** Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, desde que com mudança de sede.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- **d)** É possível conceder-se licença a servidor regido pela Lei n. 8.112/90, para acompanhar cônjuge - servidor público ou empregado de empresa pública -, que foi deslocado para outro ponto do território nacional, e ali ter exercício provisório em órgão ou entidade da Administração Federal direta, autárquica ou fundacional.
- **e)** Em todos os afastamentos de servidores, conta-se o tempo de serviço para todos os efeitos legais.

LETRA B

SERVIÇOS PÚBLICOS

JUIZ DO TRABALHO - TRT 18ªR - 2012 – FCC – De acordo com a Constituição Federal, incumbe ao Poder Público, na forma da lei, a prestação do serviço público, podendo fazê-lo diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão. Quando o serviço público não é prestado diretamente pelo Poder Público, mas sim por particular em regime de concessão ou permissão,

- a) caracteriza-se como serviço público impróprio e submete-se ao regime jurídico de direito privado.
- b) submete-se aos princípios inerentes ao regime jurídico público, incluindo o da continuidade do serviço público.
- c) depende de autorização, regulamentação e fiscalização do Poder Público, prescindindo de licitação.
- d) impede sua retomada pelo Poder Público, salvo nos casos de descumprimento das obrigações do permissionário ou concessionário.
- e) submete-se, no caso de concessão, ao regime público e depende de prévia licitação, e, no caso de permissão, ao regime privado, condicionado a autorização do poder concedente.

Gabarito: B

JUIZ DO TRABALHO - TRT 20ªR - 2012 – FCC – Determinada atividade, quando caracterizada como serviço público, constitui obrigação do Estado, que pode prestá-la diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, devendo observar, entre outros, o princípio da

- a) modicidade tarifária, que veda a exploração por regime de concessão de serviços de natureza essencial, exceto se subsidiada pelo poder concedente.
- b) universalidade, que impõe a obrigação do poder concedente de subsidiar a prestação do serviço, por agente público ou privado, quando o mesmo se mostrar deficitário.
- c) continuidade, que impede o concessionário de rescindir o contrato administrativamente, exceto no caso de desequilíbrio econômico-financeiro.
- d) continuidade, que impede a Administração de declarar a encampação em contrato de concessão, salvo se verificada a prestação deficiente do serviço pela concessionária.
- e) continuidade, que não é violado quando a interrupção do serviço se dá, após prévio aviso, por inadimplemento do usuário.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 23ªR - 2012 – TRT 23ªR – Assinale a alternativa que contém proposição incorreta.

- a) São consequências da aplicação do princípio da continuidade do serviço público, nos contratos administrativos, os privilégios para a Administração de encampação e de uso compulsório de recursos humanos e materiais da contratada, quando necessário para garantir a continuidade da execução do serviço.
- b) O princípio da flexibilidade dos meios ao fim autoriza mudanças no regime de execução do serviço público para adaptá-lo ao interesse público.
- c) serviço público adequado é definido por lei como o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
- d) nos termos da lei, caracteriza-se como descontinuidade do serviço público, também, a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações, nem por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.
- e) pelo princípio da igualdade dos usuários perante o serviço público, desde que a pessoa satisfaça às condições legais, faz jus à prestação do serviço público, sem qualquer distinção de caráter pessoal.

Gabarito: D

JUIZ DO TRABALHO - TRT 1ªR - 2012 – FCC - A caracterização de determinada atividade como serviço público,

- a) ocorre apenas naquelas atividades de natureza essencial, assim declaradas por lei, e prestadas, diretamente, pelo poder público.
- b) decorre de previsão legal ou constitucional, impondo ao poder público a obrigação de prestá-la à coletividade, ainda que por meio de concessão ou permissão.
- c) independe de previsão legal ou constitucional, decorrendo da própria circunstância da sua disponibilização à coletividade pelo poder público.
- d) depende de previsão legal específica, podendo ser prestada diretamente pelo Poder Público, ou por particulares, mediante autorização, sempre precedida de licitação.
- e) prescinde de previsão legal ou constitucional quando prestada diretamente pelo Poder Público, a qual somente é exigida quando a titularidade é transferida ao particular mediante regime de concessão ou permissão.

Gabarito: B

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

JUIZ DO TRABALHO - TRT 8ªR - 2012 – TRT 8ªR - Em relação aos serviços públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Em se tratando de serviços públicos comuns, a União pode fixar, por lei ordinária, normas para regular a cooperação mútua, visando ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- b) A implantação do serviço de abastecimento de água e os serviços de energia domiciliar são classificados como serviços singulares.
- c) Constitui conceito legal de privatização de serviços públicos a alienação, pela União, de direitos que lhe assegurem, desde que apenas diretamente, a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos sócios da sociedade.
- d) Consoante jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- e) Todo e qualquer serviço público tem objetivo de interesse público e toda atividade de interesse público é serviço público, podendo funcionar com prejuízo, caso em que se transfere do usuário para a coletividade o seu financiamento.

Gabarito: D

JUIZ DO TRABALHO - TRT 4ªR - 2012 – FCC - A prestação de serviço público mediante regime de permissão

- a) caracteriza a prestação do serviço público em regime precário, nas situações em que o regime de concessão não seja viável em face da ausência de sustentabilidade financeira da exploração mediante cobrança de tarifa.
- b) é possível apenas em relação a serviços públicos não exclusivos de Estado, também denominados impróprios, cuja exploração econômica é facultada ao particular mediante autorização do poder público.
- c) independe de prévio procedimento licitatório, dado o seu caráter precário e limita-se ao prazo máximo de 5 (cinco) anos.
- d) somente é permitida para serviços de natureza não essencial, sendo obrigatória, nos demais casos, a prestação direta pelo poder público.
- e) constitui delegação feita pelo poder concedente, a título precário, mediante licitação, a pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Gabarito: E

FCC - 2013 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho / Direito Administrativo / Serviços Públicos;)

A caracterização de determinada atividade como serviço público :

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- **a)** não importa a vedação de prestação da referida atividade por particular, mediante autorização e controle do poder público, quando se tratar de serviço não exclusivo.
- **b)** determina a sua prestação direta pelo Estado, salvo no caso de serviços não essenciais.
- **c)** afasta a possibilidade de greve pelos servidores ou empregados da entidade prestadora.
- **d)** independe de definição em lei e admite a prestação direta pelo poder público e indireta por particulares, exclusivamente sob o regime de permissão.
- **e)** faculta a transferência de titularidade do serviço a particular, mediante concessão, quando passível de exploração por cobrança de tarifa do usuário.

LETRA A

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

JUIZ DO TRABALHO - TRT 5ªR - 2013 – CESPE - Assinale a opção correta acerca da improbidade administrativa, de acordo com a CF, a Lei de Improbidade Administrativa, a jurisprudência dos tribunais superiores e a doutrina.

- a) A remessa dos autos ao MP para manifestação após o oferecimento da defesa preliminar na ação de improbidade administrativa implica nulidade absoluta do processo.
- b) A constrição cautelar de indisponibilidade não incide sobre os bens adquiridos em data anterior ao suposto ato de improbidade administrativa.
- c) É vedada a demissão de servidor por improbidade administrativa, mediante processo administrativo disciplinar.
- d) A petição inicial na ação por ato de improbidade administrativa deve conter, além das condições genéricas para a ação, elementos que comprovem a existência de indícios da prática de ato ímprobo, bem como de sua autoria.
- e) A falta de notificação do acusado para apresentar defesa prévia nas ações submetidas ao rito da Lei de Improbidade Administrativa é causa de nulidade absoluta do feito.

Gabarito: D

JUIZ DO TRABALHO - TRT 11ªR - 2012 – FCC - É exemplo de ato de improbidade administrativa punível com perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos:

- a) frustrar a licitude de concurso público.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- b) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- c) negar publicidade aos atos oficiais.
- d) rustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.
- e) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.

Gabarito: B

JUIZ DO TRABALHO - TRT 18ªR - 2012 – FCC - Empresa privada, de cujo capital social a União participa minoritariamente, em montante correspondente a 20% (vinte por cento) do patrimônio, alienou bens integrantes de seu ativo a preços significativamente inferiores aos praticados no mercado, sofrendo prejuízos em função de tal conduta. Restou comprovado que os dirigentes da empresa receberam vantagem econômica (comissão), paga pelos adquirentes dos bens, os quais, por seu turno, auferiram benefícios em função das aquisições por preços abaixo do mercado. Das condutas indicadas,

- a) tanto a dos dirigentes da empresa como as dos particulares adquirentes dos bens, são alcançadas pela Lei de Improbidade Administrativa, desde que comprovado dolo, sendo passíveis de aplicação, entre outras, de proibição de contratar com a Administração pelo prazo de até 8 (oito) anos.
- b) nenhuma conduta é alcançada pela Lei de Improbidade Administrativa, pois não se trata de sociedade de economia mista ou empresa controlada majoritariamente pela União, sujeitando-se os envolvidos, contudo, à responsabilização civil e penal.
- c) apenas a conduta dos dirigentes é alcançada pela Lei de Improbidade Administrativa, sendo passível de aplicação, entre outras, de pena de multa de até 3 (três) vezes o valor do dano ou do acréscimo patrimonial indevido.
- d) tanto a conduta dos dirigentes da empresa como a dos particulares adquirentes dos bens, são alcançadas pela Lei de Improbidade Administrativa, limitando-se a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre os cofres públicos.
- e) apenas a conduta dos dirigentes é alcançada pela Lei de Improbidade Administrativa, e desde que comprovada a participação de agente público, sendo passível de aplicação, entre outras, de pena de multa de até 3 (três) vezes o valor do dano ou do acréscimo patrimonial indevido.

Gabarito: D

JUIZ DO TRABALHO - TRT 20ªR - 2012 – FCC – Em procedimento investigatório instaurado pela autoridade administrativa competente, após representação de cidadão, restou comprovado que Secretário de Estado e funcionário público receberam, de diretor de empresa privada, vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública. De acordo com a Lei no 8.429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa,

- a) apenas o funcionário público sujeita-se às penas estabelecidas na referida legislação, que incluem perda da função pública, perda dos bens acrescidos ilicitamente a seu patrimônio e multa.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- b) o funcionário público e o Secretário de Estado sujeitam-se às penas estabelecidas na referida legislação, cabendo a este último, dada a sua condição de agente político, apenas a pena de perda da função pública e suspensão dos direitos políticos.
- c) o funcionário público, o Secretário de Estado e o diretor da empresa privada sujeitam-se às penas previstas na referida legislação que, entre outras, inclui multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público.
- d) o funcionário público e o Secretário de Estado sujeitam-se às penas estabelecidas na referida legislação, que incluem perda da função pública e multa, desde que comprovado o prejuízo ao erário.
- e) apenas o Secretário de Estado sujeita-se às penas estabelecidas na referida legislação, que correspondem à perda da função pública e suspensão dos direitos políticos, sem prejuízo das demais cominações previstas na legislação penal e civil.

Gabarito: C

JUIZ DO TRABALHO - TRT 23ªR - 2012 – TRT 23ªR – Quanto ao ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, nos termos da Lei nº 8429/92, analise as proposições a seguir e a assinale a alternativa correta.

- I - a prática de ato que visa fim proibido em lei ou regulamento ou fim diverso daquele previsto na regra de competência.
- II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- IV - permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de quaisquer das entidades referidas no art. 1º da lei, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado.
- V - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.
- a) Todas as proposições caracterizam ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- b) Somente as proposições constantes dos itens I, II e V caracterizam ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- c) Somente as proposições constantes dos itens II, III e V caracterizam ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- d) Somente as proposições constantes dos itens I, II, III e V caracterizam ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- e) Somente as proposições constantes dos itens I, II e III caracterizam ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

Gabarito: D

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

JUIZ DO TRABALHO - TRT 23ªR - 2012 – TRT 23ªR – Quanto às penas aplicáveis aos atos de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8429/92, analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta:

I - perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios são cominações comuns aos atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito, são prejudiciais ao erário e que atentam contra os princípios da Administração Pública.

II - a cominação de ressarcimento de danos havidos somente se aplica ao responsável por atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário.

III - As cominações previstas na lei para o responsável pelo ato de improbidade devem ser aplicadas cumulativamente, sempre de acordo com a gravidade do fato e sem prejuízo das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica.

IV - a recusa do agente público em prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou a prestação falsa é punida com demissão a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

V - A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições constantes dos itens I, III e V estão corretas e as demais estão incorretas.
- c) Somente as proposições constantes dos itens II, III e V estão corretas e as demais estão incorretas.
- d) Somente as proposições constantes dos itens I, IV e V estão corretas e as demais estão incorretas.
- e) Somente as proposições constantes dos itens I, II e III estão corretas e as demais estão incorretas.

Gabarito: D

JUIZ DO TRABALHO - TRT 15ªR - 2012 – TRT 15ªR - Sobre a improbidade administrativa é correto afirmar:

- a) Na ação de ressarcimento de dano causado ao erário público é cabível a transação, acordo ou conciliação entre as partes.
- b) O único com legitimação ativa para a ação de improbidade é o Ministério Público.
- c) Na ação de improbidade administrativa, ainda que formalmente intimados, os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão deixar de comparecer em juízo e optar por prestar depoimento por escrito.
- d) Os atos de improbidade administrativa sempre causam danos ao patrimônio público.
- e) A prática de ato de improbidade administrativa importa na aplicação apenas de sanção civil e criminal.

Gabarito: C

JUIZ DO TRABALHO - TRT 8ªR - 2012 – TRT 8ªR - Consoante a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/1992), analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I- Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de entidades da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

II- O responsável pelo ato de improbidade, que importar em enriquecimento ilícito, sujeitase à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, a qual não pode, em nenhuma hipótese, ser cumulada com o ressarcimento integral do dano.

III- Estão sujeitos às penalidades da Lei de Improbidade os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público, bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

IV- A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, compreendendo imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, inclusive os objetos e utensílios de uso doméstico.

- a) As alternativas I e III estão corretas.
- b) As alternativas II e III estão corretas.
- c) As alternativas I e IV estão corretas.
- d) As alternativas III e IV estão corretas.
- e) As alternativas II e IV estão corretas.

Gabarito: A

JUIZ DO TRABALHO - TRT 4ªR - 2012 – FCC - São passíveis de enquadramento nas disposições previstas na Lei de improbidade administrativa

- a) os atos praticados contra o patrimônio de entidade pública ou privada que receba recursos públicos, desde que em montante superior a 50% do capital ou patrimônio.
- b) apenas os atos que ensejem prejuízo ao erário, incluindo aqueles praticados em face das entidades integrantes da Administração indireta.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- c) os atos praticados pelos agentes públicos, exclusivamente.
- d) os atos praticados por agentes públicos, incluindo os agentes políticos e excluídos os particulares que atuam em colaboração com a Administração.
- e) os atos praticados por agentes públicos ou terceiro que induza ou concorra para a prática do ato ou dele se beneficie.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 9ªR - 2012 – ESPP - Tendo em conta a Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), analise estas proposições:

- I. Nunca estão sujeitos às penalidades da Lei 8.429/92 os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada.
- II. São atos de improbidade administrativa os praticados por agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.
- III. Dirigentes de sindicatos estão sujeitos às penalidades da Lei 8.429/92, quando praticarem atos de improbidade contra o patrimônio da respectiva entidade, se esta recebe subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público.
- IV. As disposições da Lei 8.429/92 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a proposição I é incorreta.
- b) Apenas a proposição II é correta.
- c) Apenas a proposição III é incorreta.
- d) Apenas as proposições I e IV são corretas.
- e) Apenas as proposições II e III são corretas.

Gabarito: A

FCC - 2013 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho / Direito Administrativo / Improbidade administrativa - Lei 8.429/92;)

De acordo com a Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre as condutas passíveis de caracterização como ato de improbidade administrativa,

- a) os atos de improbidade são sempre comissivos, sendo as condutas omissivas que ensejam prejuízo à administração capituladas como falta administrativa.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

- **b) caracterizam atos de improbidade apenas aqueles praticados contra as entidades da administração direta, autárquica e fundacional e as entidades da administração indireta para cuja criação ou custeio o erário concorra com mais de 50% (cinquenta por cento).**
- **c) são sujeitos ativos, além dos agentes públicos, qualquer pessoa que induza ou concorra para a prática do ato ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.**
- **d) caracterizam ato de improbidade aqueles que ensejem, cumulativamente, dano ao erário, enriquecimento ilícito e violação aos princípios da administração pública.**
- **e) os atos de improbidade pressupõem a conduta dolosa do agente, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a modalidade culposa.**

LETRA C

(Prova: TRT - 6R (PE) - 2010 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho)

Acerca da improbidade administrativa, assinale a alternativa **CORRETA**:

- **a) O desvio de finalidade será sempre um ato de improbidade (art. 11, I da Lei n. 8.429/92), independentemente de ter sido praticado com dolo ou culpa.**
- **b) Pratica ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei n. 8.429/92, o gerente de empresa da qual a União participe com 35% do capital, que revela a amigo segredo corporativo, sem causar prejuízo à empresa.**
- **c) O simples fato de os prefeitos anteriores, ou de outros prefeitos, terem iniciado prática enquadrada como ato de improbidade administrativa, não elide a responsabilização daquele que adotou, durante a sua gestão à frente de município, a mesma conduta.**
- **d) A improbidade está prevista em apenas uma fonte constitucional: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência." E mais: "Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível". (artigo 37, caput e § 4º da Constituição Federal de 1988).**
- **e) Toda improbidade corresponde a crime contra a Administração.**

LETRA C

(TRT - 6R (PE) - 2010 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho)

A propósito da Ação de Improbidade Administrativa, leia as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. Deve-se, em todos os casos, determinar a indisponibilidade dos bens do agente, para garantir o ressarcimento ao erário.
- II. Não se deve determinar a indisponibilidade de todos os bens do agente, se apenas alguns bastam à garantia do ressarcimento do erário.
- III. Não se deve determinar a indisponibilidade dos bens do agente cuja conduta foi somente a prática

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

de atos atentatórios aos princípios da Administração Pública, sem lesão alguma ao erário.
IV. A determinação da indisponibilidade dos bens do agente é sempre facultativa.
V. A determinação da indisponibilidade dos bens só pode alcançar aqueles resultados de enriquecimento ilícito.

- a) As assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas III e V estão corretas.
- e) As assertivas I, IV e V estão corretas.

LETRA C

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

JUIZ DO TRABALHO - TRT 5ªR - 2013 – CESPE - Em relação ao provimento dos cargos públicos, a responsabilidade civil e administrativa do servidor e inquérito civil público, assinale a opção correta de acordo com a CF, a jurisprudência dos tribunais superiores e a doutrina.

- a) É possível a investidura de servidor em cargo que não integre a carreira da qual faça parte o servidor, mesmo sem a prévia aprovação em concurso público.
- b) É prescindível a previsão legal do exame psicotécnico para fins de habilitação de candidato em concurso público.
- c) O inquérito civil público tem natureza administrativa e não é autônomo em relação ao processo de responsabilidade.
- d) A CF consagra dupla garantia, uma em favor do particular, possibilitando-lhe ação indenizatória contra a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado que preste serviço público, e outra em prol do servidor, que somente responde administrativa e civilmente perante a pessoa jurídica a cujo quadro funcional se vincular.
- e) A administração pública tem ampla liberdade para escolher o limite de idade para a inscrição em concurso público.

Gabarito: D

JUIZ DO TRABALHO - TRT 14ªR - 2013 – TRT 14ªR - Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. De acordo com a jurisprudência do STF, à luz do art. 37, § 6º, da Constituição Federal a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva, quer no que tange a terceiros usuários, quer quanto aos não usuários do serviço.
- II. É do notário a responsabilidade objetiva por danos causados a terceiros, na hipótese de atividade notarial e de registro exercida por delegação.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

III. Segundo a jurisprudência do STJ, as ações por responsabilidade civil do Estado não se submetem ao prazo prescricional de cinco anos.

- a) Apenas a proposição I é falsa.
- b) Apenas a proposição II é falsa.
- c) Apenas a proposição III é falsa.
- d) Todas as proposições são falsas.
- e) Todas as proposições são verdadeiras.

Gabarito: C

JUIZ DO TRABALHO - TRT 11ªR - 2012 – FCC - Segundo tendência jurisprudencial mais recente no Supremo Tribunal Federal, a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é

- a) objetiva relativamente a terceiros usuários, e não existe em relação a não usuários do serviço.
- b) subjetiva relativamente a terceiros usuários, e não existe em relação a não usuários do serviço.
- c) subjetiva relativamente a terceiros usuários, e objetiva em relação a não usuários do serviço.
- d) objetiva relativamente a terceiros usuários, e subjetiva em relação a não usuários do serviço.
- e) objetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 20ªR - 2012 – FCC – De acordo com a Constituição Federal, a responsabilização civil do Estado por danos causados a terceiros pressupõe

- a) que o dano seja causado por agente público que atue nessa qualidade, sendo considerados agentes públicos, para tal finalidade, apenas aqueles com vínculo laboral com a Administração, celetista ou estatutário, e os detentores de mandato eletivo.
- b) a comprovação da responsabilidade objetiva, caracterizada como a falha na prestação do serviço público aliada à conduta dolosa ou culposa do agente público.
- c) a comprovação do nexo de causalidade entre a ação do agente público e o dano e independe da comprovação de dolo ou culpa do agente.
- d) a comprovação de dolo ou culpa do agente, o qual responde pelos danos causados perante os terceiros, podendo exercer direito de regresso em face da Administração na hipótese de causas excludentes da ilicitude da sua conduta.
- e) a comprovação da responsabilidade subjetiva do agente, caracterizadora de culpa in vigilando ou in elegendo do Estado, salvo se comprovada culpa concorrente da vítima ou outras causas excludentes de ilicitude.

Gabarito: C

JUIZ DO TRABALHO - TRT 21ªR - 2012 – TRT 21ªR - A respeito da responsabilidade civil da administração pública, é correto afirmar:

- a) a administração tem o dever de reparar os danos ocasionados a terceiros, ainda que no exercício regular da atividade administrativa, devendo, todavia, esperar a citação em ação de indenização por danos, promovida pelo ofendido, para promover à reparação integral ou obter conciliação judicial, sendo-lhe defeso, por seus próprios meios, reparar o dano no âmbito administrativo;
- b) a necessidade de determinação judicial para a reparação do dano causado a terceiros justifica-se pela necessidade de certeza, liquidez e arbitramento judicial do valor da indenização, com vistas a possibilitar que a administração pública ingresse com ação regressiva contra o servidor ou agente público causador do dano;
- c) proposta a ação de indenização por danos contra o agente público, não é o caso de sua extinção por ilegitimidade passiva, mas de chamamento à lide da pessoa jurídica de direito público;
- d) o Supremo Tribunal Federal firmou sua jurisprudência no sentido de que a ação de indenização por danos deve ser proposta contra a pessoa jurídica e não contra o agente público, não sendo admitido o litisconsórcio;
- e) o parágrafo 6º do art. 37 da Constituição Federal estabelece a responsabilidade objetiva, por danos causados a terceiros, das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços e que exercem atividades delegadas do Estado de intervenção no domínio econômico.

Gabarito: D

JUIZ DO TRABALHO - TRT 1ªR - 2012 – FCC - João, servidor público, conduzia veículo oficial a serviço da Administração federal e envolveu-se em acidente de trânsito do qual resultou prejuízo de grande monta a particular. O particular acionou a União e esta foi condenada a indenizá-lo. De acordo com os dispositivos constitucionais e legais que regem a matéria, o direito de regresso da Administração em face do servidor

- a) independe de comprovação de dolo ou culpa, dada a sua natureza objetiva.
- b) é afastado se configurada responsabilidade objetiva do Estado.
- c) depende da comprovação de dolo e é afastado no caso de culpa, salvo se configurada inobservância de dever legal.
- d) depende da comprovação de conduta dolosa ou culposa, dada a natureza subjetiva da responsabilidade do agente.
- e) é sempre possível, em razão da responsabilidade objetiva do agente, salvo quando comprovada culpa exclusiva da vítima ou causas excludentes da ilicitude.

Gabarito: D

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

JUIZ DO TRABALHO - TRT 4ªR - 2012 – FCC - A União foi condenada, em ação judicial transitada em julgado, a reparar prejuízo causado a terceiro por servidor público federal. De acordo com a legislação que rege a matéria,

- a) caberá ao representante legal da União avaliar o benefício do ajuizamento da ação regressiva em face do servidor declarado culpado, em face da capacidade financeira para reparação do dano.
- b) deverá ser ajuizada ação regressiva contra o servidor declarado culpado, salvo no caso de dano de pequena monta, nos limites fixados pela lei.
- c) deverá ser ajuizada ação regressiva contra o servidor declarado culpado, podendo a liquidação da condenação ser efetuada mediante desconto em folha de pagamento observado o limite legal.
- d) a ação regressiva em face do servidor causador do prejuízo somente será obrigatória em caso de conduta dolosa, podendo ser dispensada em caso de conduta culposa da qual decorra dano de pequena monta.
- e) deverá ser ajuizada ação regressiva em face do servidor declarado culpado, excluída a responsabilidade do funcionário na hipótese de exoneração ou demissão.

Gabarito: C

(Prova: FCC - 2013 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho)

Sandro foi aprovado em concurso público e, como requisito para a posse, foi exigida a apresentação de certidão de antecedentes criminais. Ocorre que referida certidão apontou, equivocadamente, uma condenação por crime doloso, impedindo que Sandro tomasse posse no cargo causando-lhe prejuízo financeiro e moral. Constatado o erro, a Administração.

- **a)** não pode ser civilmente responsabilizada pelos danos morais sofridos por Sandro, salvo na hipótese de condenação judicial, por conduta dolosa, do agente público responsável pela emissão da certidão.
- **b)** responde pelos danos morais e patrimoniais sofridos por Sandro, desde que caracterizada conduta dolosa ou culposa do agente público.
- **c)** responde, civilmente, pelos danos comprovadamente causados a Sandro, independentemente de comprovação de culpa do agente público responsável pela emissão da certidão.
- **d)** não pode ser civilmente responsabilizada pelos danos sofridos por Sandro enquanto não apurada, na esfera administrativa, a responsabilidade do agente público emissor da certidão.
- **e)** pode ser civilmente responsabilizada pelos danos comprovadamente sofridos por Sandro, desde que constatada falha na prestação do serviço, consistente em conduta comissiva comprovadamente culposa de agente público.

LETRA C

(Prova: TRT - 6R (PE) - 2010 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho)

Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa **CORRETA**:

- **a)** O fato gerador da responsabilidade civil do Estado está, em princípio, atrelado ao aspecto da licitude ou da ilicitude.
- **b)** O brocardo inglês *the king can do no wrong* é emblemático do princípio da irresponsabilidade do Estado, o qual, contudo, não teve aplicação, no Brasil, na vigência da Constituição de 1824.
- **c)** A influência do direito francês e da jurisprudência do Conselho de Estado não foi marcante no desenvolvimento da teoria da responsabilidade civil do Estado, no direito brasileiro.
- **d)** A vítima da *faute du service*, quando em juízo, é obrigada a comprovar a culpa do Estado.
- **e)** As empresas de economia mista, que sejam concessionárias de serviços públicos, respondem por danos segundo as regras da responsabilidade objetiva, não havendo falar, nesse caso, em responsabilidade subsidiária do Estado.

LETRA B

BENS PÚBLICOS

JUIZ DO TRABALHO - TRT 8ªR - 2013 – TRT 8ªR - Acerca dos bens públicos, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) São terrenos de marinha, em uma profundidade de 35 (trinta e cinco) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831: os que contornam as ilhas situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés e os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés.
- b) São bens da União: as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei; os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica inclusiva; os potenciais de energia hidráulica; e os recursos minerais, exceto os do subsolo.
- c) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade, salvo os imóveis públicos que serão adquiridos por usucapião.
- d) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação e na forma que a lei determinar, sendo que uso desses bens é sempre gratuito.
- e) A alienação de bens imóveis da União ocorrerá quando não houver interesse público, econômico ou social em manter o imóvel no domínio da União, nem inconveniência quanto à preservação ambiental e à defesa nacional, no desaparecimento do vínculo de propriedade. A alienação depende de autorização por meio de ato do Presidente da República, precedida de parecer da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) quanto à sua oportunidade e conveniência, sendo que a competência para autorizar a alienação poderá ser delegada ao Ministro de Estado da Fazenda, permitida a subdelegação.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 20ªR - 2012 – FCC – Os bens públicos são classificados em

- a) de uso especial e de uso comum do povo, considerados de domínio privado do Estado, e os de domínio público, também denominados bens dominicais.
- b) de uso comum do povo, de uso especial e dominicais, todos inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis, salvo as terras devolutas.
- c) de uso comum do povo ou privativos do Estado, conforme a forma de aquisição da propriedade pelo Poder Público.
- d) de uso especial, de uso comum do povo e dominicais, estes últimos alienáveis observadas as exigências da lei.
- e) de uso especial e de uso comum do povo, sendo apenas os de uso especial passíveis de utilização pelo particular sob a forma de concessão ou permissão de uso.

Gabarito: D

JUIZ DO TRABALHO - TRT 23ªR - 2012 – TRT 23ªR – Assinale a alternativa que contém proposição incorreta:

- a) São exemplos de bens de uso comum do povo os rios, mares, estradas, ruas e praças.
- b) São exemplos de bens de uso especial os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração pública.
- c) São bens dominicais os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real.
- d) Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
- e) Os bens públicos de uso comum do povo são absolutamente inalienáveis e os de uso especial o são enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 23ªR - 2012 – TRT 23ªR – Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- I) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei, ainda que tenham destinação pública específica.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

II) Os bens públicos dominicais podem ser alienados por meio de institutos do direito privado, como a compra e venda, a doação e a permuta, mas por não terem afetação não podem ser alienados por meio de institutos do direito público como a investidura e a legitimação.

III) Os bens públicos, em suas três modalidades (de uso comum do povo, de uso especial e dominicais) podem ser utilizados pelas pessoas jurídicas de direito público que os detém ou serem cedidos para outros entes públicos, mas apenas os de uso especial e dominicais podem ser utilizados por particulares.

IV) É possível a oposição do particular ao ato administrativo de revogação da utilização do bem público, fundamentado na proteção do interesse público, quando o uso se deu na modalidade de uso privativo ou autorizado, não sendo, contudo, quando se deu na modalidade de uso concedido.

V) As terras devolutas integram a categoria dos bens de uso comum do povo, daí porque não são passíveis de usucapião.

- a) Apenas a proposição V está correta e as demais estão incorretas.
- b) Apenas as proposições IV e V estão corretas e as demais estão incorretas.
- c) Apenas as proposições II e III estão corretas e as demais estão incorretas.
- d) Apenas a proposição IV está correta e as demais estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

Gabarito: E

JUIZ DO TRABALHO - TRT 15ªR - 2012 – TRT 15ªR - Assinale a alternativa correta:

- a) Os bens públicos nunca podem ser alienados.
- b) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, tendo a Constituição Federal Brasileira adotado a teoria do risco integral.
- c) São atributos do ato administrativo: presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade.
- d) A ação de mandado de segurança somente pode ser ajuizada contra ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública.
- e) Tratando-se de ato discricionário, a validade do ato administrativo não fica vinculada à motivação que lhe fora dada.

Gabarito: C

JUIZ DO TRABALHO - TRT 2ªR - 2012 – TRT 2ªR - Observe as assertivas e ao final responda.

- I. Os bens dominicais, sob o aspecto jurídico, são de domínio privado do Estado.
- II. A inalienabilidade dos bens públicos é absoluta.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

III. Os terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração municipal, inclusive os de suas autarquias, são considerados bens públicos de uso comum.

IV. Os bens públicos de uso comum não estão sujeitos à usucapião, enquanto que os dominicais sim.

V. Os imóveis da União podem ser cedidos a pessoas físicas, em se tratando de aproveitamento econômico de interesse nacional, desde que referida cessão seja autorizada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por delegação do Presidente da República.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) I e V;
- b) II e III;
- c) I e IV;
- d) III e V;
- e) II e V.

Gabarito: A

JUIZ DO TRABALHO - TRT 1ªR - 2012 – FCC - Considerando o regime jurídico ao qual se submetem os bens públicos, os bens imóveis sem destinação de propriedade de sociedade de economia mista controlada pela União são

- a) impenhoráveis e inalienáveis.
- b) inalienáveis, porém passíveis de penhora.
- c) imprescritíveis e impenhoráveis, porém alienáveis, observadas as exigências legais.
- d) inalienáveis e impenhoráveis, salvo em função de dívidas trabalhistas.
- e) alienáveis e passíveis de penhora, observadas as exigências legais.

Gabarito: E

PROCURADOR DO TRABALHO - MPT - 2012 – MPT – Marque a alternativa CORRETA:

- a) O domínio eminente é o poder geral do Estado quanto a tudo que esteja nas suas linhas territoriais, em virtude da sua soberania. Inclui: bens públicos, privados e não sujeitos ao regime normal da propriedade, como o espaço aéreo.
- b) O bem público afetado é o que está voltado para determinado fim público e a desafetação é o contrário, sendo que os bens de uso comum do povo jamais serão desafetados, por causa dessa tipologia que não pode ter sua finalidade alterada.
- c) Os bens de uso especial são os cemitérios públicos, repartições, museus, aeroportos, terras reservadas aos indígenas. Perdem essa configuração, caso estejam sendo alvo de utilização por particulares, sobretudo por delegação.

d) Todas estão erradas.

Gabarito: A

(FCC - 2013 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho / Direito Administrativo / Bens Públicos;)

Paulo, proprietário de terreno limdeiro a uma área abandonada de titularidade da União, passou a ocupar e exercer a vigilância da referida área, sem sofrer qualquer oposição da União. Considerando o regime jurídico dos bens públicos, Paulo.

- a) não poderá usucapir a área, haja vista a impossibilidade de oneração dos bens públicos, que só pode ser afastada por lei específica.
- b) poderá usucapir a área, observados os prazos e requisitos legais, desde que a mesma não esteja afetada a finalidade pública específica.
- c) poderá usucapir a área, mediante o instituto da investitura, se comprovado que o terreno é inaproveitável.
- d) não poderá usucapir a área, haja vista a imprescritibilidade dos bens públicos, seja qual for a sua natureza.
- e) somente poderá usucapir a área se a mesma for remanescente de desapropriação ou de obra pública e não comportar, isoladamente, aproveitamento para edificação urbana.

LETRA D

(Prova: TRT - 6R (PE) - 2010 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho)

Sobre os bens públicos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O "domínio eminente" consiste no poder político que o Estado soberano detém sobre todos os bens existentes no seu território.
- b) As sociedades de economia mista têm personalidade jurídica de direito privado, e estão sujeitas, na cobrança de seus débitos, ao regime comum das sociedades em geral, nada importando o fato de prestarem serviço público, contudo, a penhora de seus bens não pode comprometer tal prestação.
- c) Os bens da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) são impenhoráveis porque, embora não exista previsão normativa nesse sentido, a empresa presta serviço público em regime de monopólio.
- d) O art. 20, VII, da Constituição de 1988, foi o primeiro dispositivo constitucional, na história política do Brasil, a declarar expressamente que os terrenos de marinha são bens públicos da União.
- e) É incabível contar-se, para efeito de usucapião, o tempo de posse em imóvel que se incluía entre os bens públicos, enquanto ele assim se encontrava.

BLOCO DE QUESTÕES
CURSO: MP E MAGISTRATURA DO TRABALHO

LETRA C